



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025
TIPO: MENOR PREÇO

Licitação para ampla participação, com cota e itens exclusivos para participação de Microempresa,
Empresa de Pequeno Porte, ou as assim consideradas nos termos do art. 3º e 48, I e III da Lei
Complementar Nº 123/2006 e suas alterações.

PROCESSO Nº:	2025.279.125
INTERESSADO:	FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – FEMBOM
CÓDIGO PORTAL	1077633
DATA E HORARIO DA SESSÃO:	17 DE SETEMBRO DE 2025 ÀS 09H
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS DE RESGATE PARA O SERVIÇO OPERACIONAL DAS UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS SITUADAS NA CIDADE DE APARECIDA DE GOIÂNIA , conforme condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM
VALOR ESTIMADO:	O preço global para o presente procedimento licitatório é de R\$ 472.666,01
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:	O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações: https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/ . O edital está disponível gratuitamente no site da Prefeitura: https://transparencia.aparecida.go.gov.br/licitacoes/3 e no site do Portal Nacional de Contratações Públicas.
PREGOEIRA:	DANIELA TELES SILVA
AMPARO LEGAL	Regido pela Lei Federal nº 14.133/2021.
Informações adicionais podem ser obtidas junto, a Secretaria Executiva de Licitação, fone: (62) 3238-6798/7227/6741. E-mail: pregaoaparecida@gmail.com .	



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025
TIPO: MENOR PREÇO

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIANIA, por intermédio da SECRETARIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO**, usando da competência atribuída pela Lei Complementar nº 203, de 09 de fevereiro de 2023, por meio da pregoeira, designada pelo Decreto “N” nº 11, de 15 de janeiro de 2024, torna público aos interessados, que estará realizando no dia, hora e local discriminados na capa deste Edital, sessão pública a fim de receber, abrir e examinar propostas e documentações de empresas interessadas em participar deste **Pregão Eletrônico**, que será regida em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto “N” nº 149, de 09 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, no Município de Aparecida de Goiânia/GO, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência, conforme Art. 17, da Lei Federal nº.14.133/2021.

I - Preparatória;

II - De divulgação do edital de licitação;

III - De apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - De julgamento;

V - De habilitação;

VI - Recursal;

VII - De homologação.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **aquisição de materiais de consumo e equipamentos de resgate para o serviço operacional das unidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de**



Goiás situadas na cidade de Aparecida de Goiânia, conforme condições e especificações estabelecidas neste edital e seus anexos.

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	15	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Bolsa de primeiros socorros (Padrão) - Bolsa médica para transporte de material de emergência pré-Hospitalar, modelo mascate (com abertura de zíper total), zíper de 10 mm, fabricada em lona 1200 (poliéster) ou material de melhor qualidade, a prova d'água na cor vermelha. Medidas de no mínimo 65 cm de comprimento, 30 cm de altura por 24 cm de largura. Deverá possuir 06 suportes com pés de apoio antiderrapante tipo sapatas emborrachadas de no mínimo 45 x 55 mm na base da bolsa. Duas alças/fita de 8 cm costuradas na lateral até a base da bolsa, com pegador de mão em lona. Deve conter dois bolsos externos com acabamento em gorgorão (viés) abertos com zíper de 6 mm, um na parte da frente e um na parte de trás, suas costuras devem ser termo soldadas para conferir excelente proteção contra água e acabamento em vivo PVC cor preto. Internamente deverá possuir 05 bolsos internos nas medidas de 25 cm x 10 cm e 1 de 25cm x25cm, com fechamento em velcro 2,5 x 8 cm de alta aderência, com identificador transparente/cristal 12x10 cm. Deverá ser Silkado a logomarca do CBMGO, as inscrições Bombeiros e Resgate, e ainda emergência 193, inseridas em uma faixa longitudinal acompanhando os bolsos externos em dimensões mínimas de 40 x 17 cm, conforme modelo disponível. Bem como deverá ser instalada 02 faixas refletivas de 2,5cm x 40cm na parte superior e inferior da silkagem em ambos os lados. <u><i>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</i></u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
02	10	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Prancha longa de polietileno, completamente transparente a raios x, projetada para incorporar as necessidades do socorrista e do paciente, numa plataforma ergonomicamente eficiente para restrição de movimentos. Facilitar as restrições apropriadas de pacientes pediátricos. Pesando aproximadamente 7kg, com capacidade máxima de no mínimo de 180kg, comprovada através de laudo de instituto acreditado pelo INMETRO, comprimento aproximado de 1850mm, largura 425 mm, tolerância de ± 10mm, espessura média de 60 mm, tolerância ± 10mm, com dois sarrafos de pinho de 1600mm com tolerância 40mm de comprimento, em sua					



carga máxima de trabalho não deverá ultrapassar 65mm de envergadura, com bordas em côncavo para facilitar a empunhadura, na cor amarelo. Acompanhada com 3 cintos de nylon com a fivela de engate rápido feita de polietileno. O equipamento deve possuir registro no ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
03	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Óculos de segurança, modelo ampla-visão constituído de armação confeccionada em uma única peça de PVC flexível na cor cinza Transparente e visor de policarbonato incolor. O modelo cobre toda a região em torno dos olhos do usuário. Os visores devem possuir tratamento Antirrisco e Antiembaçante com lentes de proteção em policarbonato 2,4mm de espessura. Indicado para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes frontais e respingo de produtos químicos. Deverá ter aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego NR. 06 - Certificado de aprovação (CA).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
04	20	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Imobilizador de cabeça - Imobilizador de cabeça impermeável adulto/infantil composta por 03 (três) peças. Características técnicas do produto: É confeccionado em duas partes, sendo a primeira a dos blocos, a segunda a da base e a terceira as tiras de queixo e testa. Os blocos são de compostos de Copolímero de Etil vinil acetado (E.V.A. Lux 35), mais PEBD, com cargas minerais, sintéticas, brancas, neutras, expansivas ereticuladoras. Especificação técnica química: Resistência água; Temperatura de uso +70°C/-50°C (MAX e MIN); Boa resistência a ácidos solventes e cloreto, bem como a detergentes; Material atóxico; Características bloco, base e tirantes: Constituem de 02 (duas) peças - blocos e base - mais 02 (duas) peças também do mesmo material - testeira e queixeira -, estas confeccionadas em prolipropileno, tendo cada fita medidas aproximadas de 76cm de comprimento. A base e os blocos têm as seguintes medidas aproximadas: base 40cm de comprimento, 25cm de largura e blocos de 25cm de comprimento, 09cm de largura e 15cm de altura. A base é forma retangular para fixação dos blocos através de velcros, os quais deverão ser fixados sem costuras. Os blocos deverão ter abertura de aproximadamente 80mm em seu centro para verificação de sangramentos no aparelho auditivo. Gramatura dos blocos e da base: Cada bloco deve



pesar no máximo 150 gramas, totalizando os dois blocos em 300 gramas. Sua base deve pesar no máximo 450 gramas. Peso total do aparelho - 750 gramas. Dos componentes do conjunto: Nos blocos os velcros deverão ter aproximadamente 05cm de largura, com 18cm de comprimento; Na base, os velcros deverão ter aproximadamente 10cm de largura e 21cm de comprimento, deverá ser fixado à base sem costuras; O produto deverá ter duas fitas de apoio à prancha em sua parte posterior, e ainda possuir três fitas de polipropileno com velcro para fixação da base do imobilizador na prancha em sua parte superior. O imobilizador deverá ser acondicionado em saco plástico transparentes, contendo uma bula de instrução e funcionamento, na língua portuguesa e com toda especificação, lote e data de fabricação, validade da base de 12 meses e dos blocos de 06 meses a partir da data de entrega. Material mais leve e flutuante, para transporte e fixação em pranchas para resgate a seco ou em águas. O produto deverá ter registro na ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
05	15	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: OXIMETRO DIGITAL - Oxímetro ponta de dedo hospitalar, adulto, confeccionado em material resistente, compacto leve, digital, aferição SpO2, oxigênio no sangue e frequência cardíaca, alta precisão, com display com gráfico de intensidade, alarme, desligamento automático, sinalizador de nível de bateria, portátil, visor color oled, led, 2 pilhas AAA, com cordão, certificado INMETRO e registro ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
06	30	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de Choque Adesivas Adulto para desfibrilador da marca Cmos Drake (Conector cor Preta) - Eletrodos tipo pás adesivas multifunção descartáveis, em par, autoadesivos equipados com cabo de conexão com único conector próprio ao equipamento na cor preta da marca CMOS DRAKE. Tamanho adulto.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



07	10	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de Choque Adesivas Infantil para desfibrilador da marca Cmos Drake (Conector cor Preta) - Eletrodos tipo pás adesivas multifunção descartáveis, em par, autoadesivos equipados com cabo de conexão com único conector próprio ao equipamento na cor preta da marca CMOS DRAKE. Tamanho infantil. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
08	30	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de choque adesivas compatível com DEA modelo Easys shock TOTH adulto <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
09	10	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de choque adesivas compatível com DEA modelo Easys shock TOTH infantil <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
10	11.995	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Atadura de crepom - medindo no mínimo 15 cm de largura x 180 cm comprimento (repouso) sendo 450 cm de comprimento (esticada), cor natural, com 18 fios, constituído de fios de 100% algodão cru, de alta torção, bordas devidamente acabadas, alta resistência e elasticidade no sentido longitudinal, embalada individualmente por máquina automática, constando externamente os dados de identificação e procedência e que atenda a NBR - ABNT 14.056. <i><u>*Ampla participação</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$



11	600	PACOTE			
DESCRIPTIVO: Compressa de gaze hidrófila, não estéril, 7,5 cm x 7,5 cm fechada e 15 x 30 cm quando aberta, mínimo 11 fios por cm², fio 100% algodão em tecido tipo tela, 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isenta de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes e alvejantes ópticos. Dobras uniformes para dentro em toda sua extensão para evitar desfiamiento. Embaladas em pacotes com 500 unidades com peso mínimo de 490g por pacote. Deverá atender a NBR - ABNT 13.843. <u><i>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</i></u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
12	200	CAIXA			
DESCRIPTIVO: Luva para procedimento, em 100% borracha nitrílica, sem forro, cor azul, com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, adequada para uso único, devendo ser descartada após a utilização; Espessura Mínima: 0,16mm; Deve ser fabricada em conformidade com a Norma MT 11/1977 e ABNT NBR ISO 11193-1:2015. Deverá possuir CA. Caixa com 100 unidades. Tamanho P (Pequena). <u><i>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</i></u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
13	600	CAIXA			
DESCRIPTIVO: Luva para procedimento, em 100% borracha nitrílica, sem forro, cor azul, com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, adequada para uso único, devendo ser descartada após a utilização; Espessura Mínima: 0,16mm; Deve ser fabricada em conformidade com a Norma MT 11/1977 e ABNT NBR ISO 11193-1:2015. Deverá possuir CA. Caixa com 100 unidades. Tamanho M (Média). <u><i>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</i></u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
14	900	CAIXA			



DESCRIPTIVO: Luva para procedimento, em 100% borracha nitrílica, sem forro, cor azul, com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, adequada para uso único, devendo ser descartada após a utilização; Espessura Mínima: 0,16mm; Deve ser fabricada em conformidade com a Norma MT 11/1977 e ABNT NBR ISO 11193-1:2015. Deverá possuir CA. Caixa com 100 unidades. Tamanho G (Grande).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
15	800	PACOTE			

DESCRIPTIVO: Máscara descartável tripla confeccionada em TNT, polietileno com elásticos para que seja fixado atrás da orelha, filtro de material não tecido, sem fibra de vidro, o filtro com eficiência bacteriana de no mínimo 95%, com Clip Nasal e elementos filtrantes. Hipoalergênico, atóxico, 100% polipropileno não inflamável. Deverá atender a NR.6 do MTE. Caixa com 50 unidades.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
16	60	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Espadrado de tecido de algodão impermeável branco, medindo 10 cm de largura por 450 cm de comprimento, com adesivo uniformemente distribuído isento de substâncias alergênicas, com boa aderência, de fácil remoção, sem deixar resíduos na pele, com bordas bem acabadas e que proporcione facilidade de corte manual. Enrolado de maneira uniforme em carretel plástico protegido por cilindro. Embalado conforme a praxe do fabricante, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 24 meses.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
17	60	KIT			

DESCRIPTIVO: KIT PARTO contendo, no mínimo, os seguintes itens:



Saco para expurgo com capacidade para 20 litros: Saco plástico para acondicionamento de resíduos hospitalares infectantes, cor branco leitoso, com simbologia infectante impressa no saco, com capacidade para 20 litros. Fabricado em resina termoplástica. O produto deverá ter registro na ANVISA de acordo com a NBR 9191 e NBR 7500 da ABNT.

Absorvente pós-parto: Absorvente higiênico para fluidos corporais, uso pós-parto ou incontinência urinária. Confeccionado com material absorvente, com cobertura interna de falso tecido, revestido externamente por película impermeável, espessura compatível com fluxo abundante. Sem abas. Dimensões mínimas da área absorvível 45 cm x 15 cm.

Avental descartável (tamanho único): Jaleco uso hospitalar, aberto na parte posterior, confeccionado em não tecido TNT, 100% polipropileno, impermeável, atóxico, hipoalergênico, resistente, confortável, maleável. Gramatura 30 g/m² (especificada no rótulo), manga longa, punho em látex, fechamento no pescoço e na cintura através de tiras, não velcro. Na cor branca. Tamanho mínimo 1,20 x 1,40 m. Não estéril, descartável.

Bisturi descartável: Bisturi descartável com lâmina de aço nº 15, inoxidável, estéril, atóxico, apirogênico.

Pulseira de identificação RN: Pulseira de identificação confeccionada com material termoplástico de alta qualidade, nos tamanhos RN/Infantil sendo metade na cor azul e metade na cor rosa. Produto hipoalérgico, macio, sem cantos cortantes e extremamente resistentes. Aceita escrita com caneta esferográfica, resistente à água, contém trava de segurança altamente resistente e inviolável.

Compressa de gaze – 15 cm X 10 cm: Compressas de Gaze Hidrófila, estéril medindo 15 x 10cm, densidade mínima de 13 fios por cm², com peso de 1g por unidade, confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Possuir dobras uniformes e para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento. Embaladas em pacotes com 5 unidades com peso mínimo de 5 gramas por pacote. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR - ABNT 13.843. Validade mínima de 5 anos.

Compressa de gaze - 30 cm X 15 cm: Compressas de Gaze Hidrófila, estéril medindo 7,5 x 7,5cm fechada e 15x30cm quando aberta, densidade mínima de 13 fios por cm², com peso de 1g por unidade, confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e



alvejantes ópticos. Possuir dobras uniformes e para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento. Embaladas em pacotes com 5 unidades com peso mínimo de 5 gramas por pacote. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR - ABNT 13.843. Validade mínima de 5 anos.

Cobertor térmico aluminizado: Cobertor térmico aluminizado, confeccionado em manta de poliéster metalizado de 20 a 25 micros, tamanho 2,10 x 1,40m. Embalagem individual.

Clamps Estéril (tamanho único): Clamp umbilical, descartável, sistema tipo pinça em “V” com vedação definitiva, em PVC atóxico, estéril. Embalagem individual. Validade mínima de 5 anos a partir da data de entrega.

Lençol descartável: Lençol descartável com elástico confeccionado em TNT 100% polipropileno de gramatura 20 g/m². Material descartável, atóxico, pacote com 10 unidades, na cor branca medidas 2,0x0,9m.

Par de luvas cirúrgicas estéril nº 7,5: Luva cirúrgica estéril Nº 7.5, descartável, látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Lubrificada com pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama) e antiderrapante. Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001. Deverá atender NBR ABNT 13391, e NR.6 do MTE. Validade mínima de 3 anos.

Par de luvas cirúrgicas estéril nº 8,5: Luva cirúrgica estéril Nº 8.5, descartável, látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Lubrificada com pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama) e antiderrapante. Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001. Deverá atender NBR ABNT 13391, e NR.6 do MTE. Validade mínima de 3 anos.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



18	50	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Tala Moldável , confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 100mm, comprimento de 860mm. Tamanho G (na cor verde).					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
19	50	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Tala Moldável , confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 90mm, comprimento de 640mm. Tamanho M (na cor laranja).					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
20	50	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Tala Moldável , confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 80mm, comprimento de 540mm. Tamanho P (na cor azul).					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
21	50	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm , permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4 mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor branca ou lilás) com largura mínima de 30 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor branca ou lilás) de 30mm de largura mínima combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior					



(frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traqueia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de “EVA” deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho Infantil (fecho branco). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
22	100	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4 mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor branca ou lilás) com largura mínima de 30 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor branca ou lilás) de 30mm de largura mínima combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traqueia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de “EVA” deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho “PP” (fecho lilás). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
23	100	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura



mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor Azul Royal) com largura mínima de 40 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor azul Royal) com largura mínima de 40 mm combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de "EVA" deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho "P" (fecho azul Royal). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
24	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor Laranja) com largura mínima de 50 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor Laranja) com largura mínima de 50 mm combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de "EVA" deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho "P" (fecho Laranja). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares.



***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
25	30	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor Verde) com largura mínima de 50 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor Verde) com largura mínima de 50 mm combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de "EVA" deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho "P" (fecho Verde). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
26	15	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Reanimador manual em silicone transparente cristal, autoclavável a 121°C, esterilizável a óxido de etileno, desmontável, com reservatório de oxigênio, máscara em silicone, e conector, com capacidade para 1.600ml, tamanho adulto, com bolsa para acondicionamento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
27	10	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Reanimador manual em silicone transparente cristal, autoclavável a 121°C, esterilizável a óxido de etileno, desmontável, com reservatório de oxigênio, máscara em silicone, e conector, com capacidade para 500ml, tamanho infantil, com bolsa para acondicionamento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
28	15	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Máscara de Oxigênio de não reinalação de alta concentração, em pvc (cloreto de polivinila) resistente, transparente, e não tóxico; tamanho infantil; Reutilizável, com elástico ajustável para fixação, válvula unidirecional, extensor para rede de oxigênio com mínimo 1,20 m de comprimento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
29	30	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Máscara de Oxigênio de não reinalação de alta concentração, em pvc (cloreto de polivinila) resistente, transparente, e não tóxico; tamanho adulto; Reutilizável, com elástico ajustável para fixação, válvula unidirecional, extensor para rede de oxigênio com mínimo 1,20 m de comprimento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
30	10	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Copo umidificador para oxigenoterapia com marcação de nível mínimo e máximo, pressão de trabalho estabelecida pela rede, fluxo máximo determinado pelo fluxômetro; capacidade de 250 ml. Borboleta em Poliamida 6 (nylon) s/fibra; O'ring em borracha nitrílica; niple de ar comprimido em Latão; tampa do umidificador em Polipropileno (PP); borbultador em Polipropileno (PP) sinterizado; frasco do umidificador em Polietileno de Baixa Densidade.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**



ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
31	10	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Esfigmomanômetro digital de braço automático - Monitor de Pressão Arterial de Braço Automático, Indicador de hipertensão, Indicador de batimento cardíaco. Detalhes técnicos: Visor digital LCD, Método oscilométrico, no mínimo 50 memórias com data e hora, Variação da medição da Pressão mínima: 30 mmHg a 280 mmHg, variação da medição do Pulso mínima: 30 a 180 batimentos/min. Sistema de inflação e deflação Automático, Sensor de pressão capacitivo. Alimentado por 4 pilhas "AAA" de 1.5V (incluso), com mais 4 pilhas sobressalentes perfazendo o total de 8 pilhas AAA de 1.5 volts. Braçadeira ajustável em Nylon para braços de aproximadamente 20 a 38cm de circunferência, com fecho em velcro resistente Desligamento automático em inatividade. Acompanha: Certificado ANVISA e INMETRO, Certificado de garantia, unidade principal, tubo de inflação, manual de instruções, estojo para armazenamento. <u><i>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</i></u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
32	1.500	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Solução fisiológica - Solução de Cloreto de Sódio a 0,9%, acondicionada em frasco fechado de no mínimo 100ml, fechado por meio de tampa com rosca, ou sistema mais eficiente de armazenamento e aplicação aprovado pela CONTRATANTE. Validade mínima de 12 meses a partir da entrega <u><i>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</i></u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
33	100	PACOTE			
DESCRIPTIVO: Compressa cirúrgica não estéril - Compressa cirúrgica, campo operatório, descartável, tecido 100% algodão, 4 camadas, com cadarço e costuras duplas, em tecido com alta absorção, na cor branca, com fio radiopaco, sem alvejante óptico e amido, no tamanho aproximado de 45 x 45 cm. Pacote com 50 unidades. De acordo com NBR – ABNT 14767. Validade mínima de 3 anos a partir da data da entrega.					



***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
34	100	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Cobertor Aluminizado - Cobertor térmico aluminizado, confeccionado em manta de poliéster metalizado de no mínimo 23 micras, tamanho aproximado de 2,10 x 1,40m. Embalagem individual.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
35	20	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 1 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 5 cm, nº 1, cor azul.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
36	20	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 2 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 6 cm, nº 2, cor preta.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
37	20	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 3 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 7cm, nº 3, cor branca.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



38	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 4 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 8 cm, nº 4, cor verde.					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
39	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 5 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 9 cm, nº 5, cor amarela.					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
40	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 6 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 10 cm, nº 6, cor vermelha.					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
41	15	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Bulbo aspirador neonatal - Bulbo para aspiração de secreções e muco, composto em borracha natural, tamanho neonato, nº 2. Validade mínima de 24 meses a partir da data de entrega.					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
42	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Torniquete Tático - Torniquete APH Tático Militar Composição: Nylon, poliamida, poliuretano e velcroorniquete ajustável para controle de hemorragias nas extremidades inferiores e					



superiores. Deverá possuir sistema de fechamento único que permita uma aplicação extremamente rápida e remoção suave resultando em menor perda sanguínea, com barra para sua estabilização que mantém sua integridade e diminui o pinçamento da pele. Dimensões aproximadas (mm): 95 X 4 cm (comprimento x largura) Deverá possuir registro na ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
43	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala moldável amarela (GG) - Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 110mm, comprimento de 1000mm. Tamanho GG (na cor amarela).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
44	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala moldável amarela (EG) - Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 110mm, comprimento de 1200mm. Tamanho EG (na cor amarela).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
45	30	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 80mm, comprimento de 300mm. Tamanho PP (na cor lilás).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
46	3.005	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Atadura de crepom - medindo no mínimo 15 cm de largura x 180 cm comprimento (repouso) sendo 450 cm de comprimento (esticada), cor natural, com 18 fios, constituído de fios de 100% algodão cru, de alta torção, bordas devidamente acabadas, alta resistência e elasticidade no sentido longitudinal, embalada individualmente por máquina automática, constando externamente os dados de identificação e procedência e que atenda a NBR - ABNT 14.056.

Cota exclusiva nos termos do artigo 48, III da lei 123/2006

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema as especificações constantes deste edital, prevalecerão às últimas.

1.3. Em razão do descritivo do sistema não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dos produtos dispostos no termo de referência e anexos deste edital.

1.4. O objeto desta licitação será dividido, destinando item na forma de cota exclusiva para **EPP, MEI, ME, e os assim equiparados, nos termos do art. 3º e 48, inciso III da lei 123/2006.**

1.5. O disposto no subitem anterior será aplicado observando o seguinte:

a) Itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 ficará reservado à participação exclusiva de EPP, MEI, ME, e os assim equiparados, sem prejuízo da sua participação na cota principal.

b) Itens cujo valor ultrapasse o valor estimado de R\$ 80.000,00, será assegurada uma cota de até 25% (vinte e cinco por cento), destinada às EPP, MEI, ME, e os assim equiparados, sem prejuízo de sua participação nos itens principais.

1.6. Caso não haja um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME e/ou EPP, os itens serão abertos à ampla competitividade.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na plataforma Licitacoes-e.

2.2 Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.



2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 A obtenção do benefício para ME, e EPP fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.8 Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

2.9 Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1 Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

2.9.2 Autor do anteprojeto, do termo de referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente,



controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.3.1. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO CONSÓRCIO: Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios pode reduzir o universo da disputa. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.

2.9.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.9.9 Organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

2.10 O impedimento de que trata o **subitem 2.9** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11 A critério da administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 2.9.2 e 2.9.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13 O disposto nos **subitens 2.9.2 e 2.9.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do termo de referência e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.15 A vedação de que trata o **subitem 2.9** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.16 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo o município de Aparecida de Goiânia a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.17 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.18 A participação no pregão eletrônico para contratação se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limites estabelecidos.



2.19 O encaminhamento de propostas pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

2.20 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, nos termos do art. 55, I, “a” da Lei Federal nº 14.133/21.

3.1.1. Para apresentação de propostas e lances serão contados de mínimo de **08 (oito) dias úteis** a partir da data da divulgação do edital de licitação, conforme disposto no art. 55, I, “a” da Lei Federal nº 14.133/21.

3.1.2. A Proposta Eletrônica de Preços deverá ser elaborada com base no objeto desta licitação, observadas as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e enviada exclusivamente por meio eletrônico, a partir da data de publicação do edital, contendo a **MARCA**, bem como o valor expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, carga e descarga, encargos sociais e trabalhistas, e outras despesas, se houver, para o fiel atendimento do objeto. Custos omitidos na proposta serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais. **O não cumprimento deste item sujeitará a empresa à desclassificação do certame.**

3.1.3. **As propostas eletrônicas que forem cadastradas sem as respectivas marcas poderão ser desclassificadas.**

3.2 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



3.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

3.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 O fornecedor enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa.

3.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

3.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 Poderão ser disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

3.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.12 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

3.12.1. O licitante deverá enviar sua proposta inicial mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.12.1.1. Valor global;

3.12.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência e a **marca** do produto.

Cadastrar Proposta

🏠 Painel do Fornecedor

Incluir Proposta - 1024

Aguardando Abertura de Propostas - Lote 1

MERCADORIA/SERVIÇO	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE	VALOR	TOTAL
BALCAO DUPLA	1	CENTIGRAMA	100	90,00	R\$ 9.000,00

Mostrando 1-1 de 1 item

Resumo do lote 1

Tratamento Aplicado

Sem tratamento aplicado ao lote

Valor total do lote R\$ 9.000,00

Descrição/observação (Opcional - Conforme Instrumento convocatório)

Descrição/observação...

*Neste campo não deve conter informações da empresa

3800 caracteres restantes



3.12.1.3. O licitante deverá informar a marca do produto (marca própria) ainda que o mesmo seja de sua fabricação.

*****OBS: No campo Descrição/ observação (imagem) não há a necessidade da licitante transcrever todo o descritivo do item, porém a MARCA deve ser informada, conforme subitens 3.1.2 e 3.1.3 deste edital.**

3.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.14. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.15. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.16. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.18. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.18.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.18.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

3.19. O descumprimento das regras supramencionadas pela administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo tribunal de contas da união e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

cumprimento da Lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3.20. A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.

3.21. Serão desclassificadas as propostas, conforme Art. 59, da Lei Federal 14.133/2021, que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do artigo 59.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.



3.22. Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.23. O licitante vencedor deverá enviar a proposta reajustada por meio do sistema eletrônico, com detalhamento de custos do(s) objeto(s), conforme tabela constante no anexo II deste edital, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, devidamente assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante, após o término da sessão de lances sob pena de desclassificação do certame e aplicação de penalidades.

3.23.1. A composição solicitada na proposta reajustada deverá evidenciar o seguinte: preço do produto, impostos e taxas, custo de entrega e transporte, encargos sociais e trabalhistas e outras despesas se houver.

3.23.2. A proposta reajustada e a planilha de custo poderão ser enviadas por e-mail, devidamente assinadas por diretor, sócio ou representante da empresa licitante.

3.24. Se porventura o licitante não conseguir inserir a proposta em campo próprio do sistema, poderá enviar no e-mail: pregaoaparecida@gmail.com, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do encerramento da sessão de disputa de lances.

3.25. Nos casos em que houver renegociação, a nova proposta poderá ser enviada por e-mail (pregaoaparecida@gmail.com) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.26. Deverá constar na proposta nome ou razão social, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*), este último se houver, para contato, e número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda.

3.27. É de responsabilidade da licitante, o acompanhamento diário da licitação no sistema eletrônico, no que se refere às informações deixadas pela pregoeira, tanto quanto aos prazos e alterações de situação, até a ADJUDICAÇÃO do certame.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.



4.1.1. Independentemente da quantidade de itens/lotes que tenha no edital o sistema eletrônico (licitações-e) abrirá todos simultaneamente para lances.

4.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

4.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/global do item

4.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

4.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.8. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

4.9. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.9.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

4.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a



recepção de lances.

4.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

4.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.11.6. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

4.11.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

4.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



4.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

4.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

4.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

4.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da administração pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do estado em que este se localize;

4.18.2.2. Empresas brasileiras;

4.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

4.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

4.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

4.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela administração.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

4.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

4.19.4. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, no e-mail: pregaoaparecida@gmail.com acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

4.19.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat ou e-mail pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.20. Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

4.21. DAS AMOSTRAS

4.21.1. Ressaltamos, que se o FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – FEMBOM achar necessário poderá requerer amostra;

4.21.2. A empresa vencedora deverá quando exigido, apresentar amostra no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados imediatamente após o encerramento da sessão ou da solicitação, na sede da Secretaria Executiva de Licitação, sob pena de desclassificação.

4.21.3. Enquanto não expirado o prazo de entrega, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações na amostra apresentada.

4.21.4. Quando enviadas por via postal, o prazo de entrega será contado a partir da data de postagem das amostras.

4.21.5. A amostra deverá ser acompanhada do protocolo de entrega de amostra, conforme o modelo estabelecido no **anexo IX**, o qual será subscrito pelo servidor indicado e juntado aos autos do processo.



4.21.6. A(s) amostra(s) será(ão) avaliada(s) pela área técnica do órgão a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes do termo de referência.

4.21.6.1. Se a amostra for aceita, A pregoeira declarará o licitante vencedor adjudicando-lhe o objeto, se este tiver cumprido os requisitos de habilitação.

4.21.6.2. Se a amostra for aprovada, permanecerá em poder da Contratante para verificação da compatibilidade com o material entregue na execução contratual.

4.21.7. Os produtos entregues para amostras poderão ser retirados pela licitante em até 10 (dez) dias consecutivos após a divulgação do resultado, nas condições que estas se encontrarem após a avaliação e testes, quando for o caso. Passado este prazo o município dará destinação a estas. Os produtos entregues não serão deduzidos do futuro contrato, salvo se houver disposição em contrário no termo de referência.

4.21.8. Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas amostras, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.21.9. A decisão de aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho fundamentado;

4.21.10. **É facultado aos licitantes o acompanhamento das análises das amostras.**

4.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada.

4.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no termo de referência.

4.24. É de responsabilidade da licitante, o acompanhamento diário da licitação no sistema eletrônico, no que se refere às informações deixadas pela pregoeira, tanto quanto aos prazos e alterações de situação, até a ADJUDICAÇÃO do certame.



5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Encerrada a etapa de negociação, A pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1. Cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas - CEIS, mantido pela controladoria-geral da união (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.1.2. Cadastro nacional de empresas punidas – CNEP, mantido pela controladoria-geral da união (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, A pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPS, A pregoeira verificará se faz jus ao benefício.

5.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, A pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN seges nº 73, de 30 de setembro de 2022.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:



- 5.6.1.** Contiver vícios insanáveis;
- 5.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;
- 5.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- 5.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

5.7.1. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

5.7.2. A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

5.7.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.7.2.1.1. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.7.3. Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços elaborada pela administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do simples nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

5.11. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

5.12. A pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

5.13. Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

5.14. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, a pregoeira verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

6.2 quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

6.9. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

6.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.11. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, A pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

6.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do decreto nº 8.538/2015).

6.15. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado do encerramento da etapa de lances, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

6.15.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela pregoeira; ou

6.15.2. De ofício, a critério da pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

6.16. Se porventura o licitante não conseguir inserir a documentação para habilitação em campo próprio do sistema, poderá enviar no e-mail: pregaoaparecida@gmail.com, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**. Prorrogável por igual período, nas situações mencionadas nos subitens 6.15.1 e 6.15.2.

6.17. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

6.18. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



6.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.19.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.19.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, A pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

6.20.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Pregoeira, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

6.21. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição

6.22. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o item anterior, será assegurado **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

6.23. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério da pregoeira, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

6.24. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;



6.25. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/2021.

6.26. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.27. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

6.28.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.29. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente. Deverão estar perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

6.29.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes da Secretaria Executiva de Licitação relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

6.29.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

6.30. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

6.31. Havendo necessidade, A pregoeira suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no **mínimo, 24 (vinte e quatro) horas** de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.



6.32. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de HABILITAÇÃO:

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A documentação relativa à habilitação deverá ser apresentada em conformidade com a relação descrita a seguir:

7.2. RELATIVAMENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1. Documento de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia em cópia autenticada; de quem representará a empresa junto à licitação.

7.2.2. Ato constitutivo da entidade, sendo:

A) no caso de empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede;

B) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

B.1) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

C) no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

D) no caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na junta comercial ou inscrito no registro civil das pessoas jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

E) quando se tratar de **microempreendedor individual**, apresentar **certificado de condição de microempreendedor individual – CCMI**, expedido pelo portal do empreendedor – www.portaldoempreendedor.gov.br.

E.1) este documento será considerado apenas quando o edital permitir a participação de pessoa física.



7.2.3. Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

7.2.4. Instrumento de procuração que comprove plenos poderes à pessoa credenciada para apresentar proposta, lances, negociar, e participar em qualquer fase deste pregão. Se for **instrumento público**, fica dispensada a verificação dos documentos que comprovem os poderes do outorgante. Se for **instrumento particular, conforme modelo apresentado no ANEXO III**, devidamente assinada pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, e será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procuração, se o outorgante tem poderes para fazê-lo.

7.2.5. Comprovante da condição de micro ou pequena empresa ou assemelhada, feita por meio **certidão emitida pela junta comercial** ou documento gerado pela **receita federal**, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, caso pretenda se beneficiar do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar 123/2006.

7.3. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

7.3.1. Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);

7.3.2. Prova de regularidade relativa ao FGTS, por meio de certificado de regularidade fiscal (CRF), expedida pela caixa econômica federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "situação de regularidade do empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do pregão;

7.3.3. Prova de situação regular perante a fazenda nacional (RFB E PGFN), que abrange todos os créditos tributários federais e à dívida ativa da união (DAU), conforme portaria conjunta da PGFN/RFB n. 1.751 de 02/10/2014.

7.3.4. Prova de regularidade para com a fazenda estadual, por meio de certidão em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela secretaria da fazenda estadual, do domicílio ou sede da licitante;

7.3.5. Prova de regularidade para com a fazenda municipal, por meio de **certidão conjunta (tributos mobiliários e imobiliários)** em relação a tributos municipais, expedida pela prefeitura do domicílio ou sede da licitante;



7.3.6. Prova de inexistência de débitos perante a justiça do trabalho, por meio de certidão de débitos trabalhistas (CNDT), expedida pelo tribunal superior do trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº 12.440/2011 e resolução administrativa TST nº 1.470/2011.

7.4. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.4.1. certidão negativa de falência e concordata e/ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias corridos. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expressa no próprio documento.

7.4.2. Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado juntamente com a certidão de recuperação judicial atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

7.4.3. Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a Certidão Negativa de Falência e Concordata e/ou Recuperação judicial deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

7.5. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.5.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, que comprove a licitante ter aptidão de fornecimento para as mercadorias pertinentes ao objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

7.5.2. Caso seja necessária diligência, o licitante vencedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7.6. DECLARAÇÕES

7.6.1. Declaração formal da firma licitante, *exigida pelo art. 63, i da Lei Federal nº 14.133/2021*, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura, contendo informações e declarações conforme **ANEXO IV** deste edital;



7.6.2. Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração, conforme modelo do **ANEXO VI**

7.6.3. Declaração formal da firma licitante, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura, contendo informações e declarações conforme **ANEXO V** deste edital.

7.6.4. As declarações constantes deste item podem ser apresentadas em conjunto ou separadamente e devem estar assinadas por diretor, sócio ou representante legal da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura.

7.6.5. Quando da apresentação da documentação se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz;

7.6.6. Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas.

7.6.7. A empresa deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no art. 63, § 1º da Lei n.º 14.133/2021.

7.6.8. Não serão aceitos pela pregoeira “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

7.6.9. As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente salvo o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006. As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

7.6.10. A licitante que deixar de entregar documentos ou apresentar documentação falsa exigidos para o certame ficará sujeita a penalidade de impedimento de contratação e de licitar com a união, estados, distrito federal ou municípios e de descredenciamento no cadastro de fornecedores deste município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, contrato e das demais cominações, segundo disposição do item 11 deste instrumento.



7.6.11. Recebida a documentação da empresa que teve sua proposta classificada, ainda que somente por meio eletrônico, A pregoeira e equipe de apoio fará a análise frente às exigências do edital, podendo desclassificar e/ou inabilitar a empresa que não atender às exigências acima.

7.6.12. A licitante devidamente enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências.

7.6.13. As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme exigido no edital, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do art. 43, da Lei Complementar nº 123/06.

7.6.14. Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para regularização das pendências, prorrogáveis por igual período, a critério da pregoeira, desde que solicitado por escrito pela licitante.

7.6.15. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

7.7.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - proposta atualizada - deverá ser encaminhada no **prazo de 24 (vinte e quatro)**, a contar do encerramento da etapa de lances, no sistema eletrônico, e deverá:

7.7.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

7.7.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

7.7.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

7.7.1.4. Se porventura o licitante não conseguir inserir a proposta atualizada no sistema eletrônico, poderá enviar no e-mail: pregaoaparecida@gmail.com, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.7.2. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

7.7.2.1. Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

7.7.2.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

7.7.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

7.7.3.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

7.7.3.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso

7.7.3.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

7.7.4. A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.7.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

7.7.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

7.7.7. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

7.7.7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

7.7.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

7.7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento

8. DOS RECURSOS/HOMOLOGAÇÃO

8.1. Declarado o vencedor será concedido o prazo para a interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.2.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

8.2.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.2.3.1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões.

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



8.4.1. O recurso também poderá ser protocolizado na sede da **Secretaria Executiva de Licitação**, no endereço Rua Gervásio Pinheiro, área pública municipal, s/n Setor Solar Central Park, Prédio Cidade Administrativa Maguito Vilela, piso térreo, CEP: 74.968-500 Aparecida de Goiânia., ou pelo e-mail: pregaoaparecida@gmail.com.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.9.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

8.9.2. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

8.9.3. Decidido(s) o(s) recurso(s) interposto(s), e constatado a regularidade dos atos praticados, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade competente para homologação.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: pregaoaparecida@gmail.com, ou por petição protocolada na sede da Secretaria Executiva de Licitação, situada no endereço: rua Gervásio pinheiro, área pública municipal, s/n setor solar central parque, prédio cidade administrativa Maguito vilela, piso térreo, cep: 74.968-500, Aparecida de Goiânia

9.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a pregoeira, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no subitem 9.3 do edital.

9.5.1. A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pelo termo de referência e seus anexos.

9.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este edital como **ANEXO VIII**.

10.2. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

10.3. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.4. A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do termo de contrato. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela administração.

10.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

10.6. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

10.7. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21;

10.8. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

10.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.9.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei Federal nº 14.133/21 ainda obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

a) executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

b) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desse termo, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução e ou fabricação;

c) O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

10.9.2. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, nos prazos e locais indicados pelo FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – FEMBOM, em estrita observância das especificações do contrato/termo de referência e a proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal constatando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.9.2.1. Os materiais ofertados deverão proporcionar condições de segurança de forma a garantir a qualidade e deverão atender aos padrões técnicos exigíveis, devendo obedecer às normas ABNT, INMETRO, Código de Defesa do Consumidor e demais normas e legislações vigentes aplicáveis, no que couber;

10.9.3. Os itens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada na região metropolitana de Goiânia;

10.9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.9.4.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** o produto com as avarias ou defeitos;

10.9.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto do presente contrato;

10.9.6. Comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.9.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e habilitação e qualificações exigidas para a contratação;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

10.9.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência ou no contrato;

10.9.9. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato

10.9.10. Executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;

10.9.11. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do contratante, cujas obrigações se obriga em atender prontamente;

10.9.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contratante;

10.9.13. A CONTRATADA está obrigada a assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto do contrato, incluindo cumprimento dos prazos, especificações técnicas, normas ambientais, de engenharia e de segurança e medicina do trabalho, além da legislação aplicável, assegurando sua conformidade, adequação, qualidade, segurança e solidez;

10.9.14. Cumprir fielmente o Edital e seus Anexos de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição, dentro do prazo.

10.9.15 A Contratada deverá obrigatoriamente entregar os produtos contratados, embalados adequadamente, separados por item nas quantidades e especificações que trata este termo.

10.9.16. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;

10.9.17. A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 155 da Lei 14.133/21;

10.9.18. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer produto instalado fora das especificações constantes da proposta apresentada;

10.9.19. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

10.9.20. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido em lei;

10.9.21. Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);

10.9.22. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

10.9.23. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;

10.9.24. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

10.9.25. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

10.9.26. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

10.9.27. O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.10.1. A Contratante obriga-se a:

10.10.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

10.10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

10.10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especificamente designado.

10.10.1.4. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

10.10.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

10.10.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

10.10.4. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

10.10.5. Efetuar o pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuado;

10.10.6. Emitir as requisições respectivas, assinadas pelo gestor do contrato ou pelo responsável técnico por ele designado;

11. DA ENTREGA

11.1. Os objetos serão recebidos de forma parcelada ou não, de acordo com as necessidades do **FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – FEMBOM**, que não poderá ser superior a **30 (trinta) dias úteis**, contados imediatamente após o recebimento da solicitação respectiva, com todos os tributos, embalagem, frete, seguros, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir no preço proposto, por conta da empresa contratada.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

11.2. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do registro geral (RG) ou matrícula do servidor do contratante responsável pelo recebimento.

11.3. Os materiais deverão ser entregues e realizado as trocas caso necessário no endereço do **7º Batalhão de Bombeiro Militar/7º BBM no Setor Veiga Jardim, situado na Av. Veiga Vale esq. c/ Av. Major Manoel Augusto Silva Brandão, s/n, St Veiga Jardim, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74954-410, sob a supervisão do 2º Tenente Jonathan Alves Soares, conforme solicitação expedida pelo gestor do contrato designado para tal finalidade, devendo ser emitida pela Contratante e destinada à Contratada.**

11.3.1. Os materiais deverão ser entregues em **dias úteis (de segunda a sexta), em horário comercial (08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00).**

11.3.2. Entregar os produtos cotados, embalados adequadamente, separados por item e nas quantidades e especificações solicitadas.

11.3.3. Substituir os produtos entregues com eventuais defeitos de fabricação ou que apresentar adulteração de qualidade.

11.4. DA GARANTIA

11.4.1. Os objetos deste Termo de Referência deverão possuir a Garantia legal contra defeitos de fabricação prevista no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo a garantia oferecida pela fabricante, a partir da data do recebimento definitivo dos itens.

11.4.2. Os objetos deste Termo de Referência deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo, em hipótese alguma, permitida a oferta de materiais resultantes de processo de reforma, recondicionamento e/ou remanufaturamento.

11.4.3. A contratada deverá efetuar a troca dos materiais defeituosos, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

11.5. Em conformidade com os artigos 140 da Lei nº 14.133/21, mediante recibo, o objeto deste termo será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;



b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11.6. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito ou má qualidade, fora das especificações ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação;

11.7. O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da contratada a *posteriori*. Deverão ser substituídos os produtos que, eventualmente, não atenderem as especificações;

11.8. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

11.8.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.8.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

11.8.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.8.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

11.9. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após, verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante “Atestado de Recebimento” ou “Recibo”, firmado pelo servidor responsável, o qual acompanha a nota fiscal/fatura.

11.10. No preço contratado deverão estar incluídos todos os tributos, contribuições, taxas, frete, transporte, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes para a perfeita execução do contrato.

11.11. Serão designados pelo **FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – FEMBOM** representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.



11.12. Serão atribuições do gestor do contrato:

- a) Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- b) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- c) Emitir avaliação do prazo de entrega e qualidade dos produtos;
- d) Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
- e) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- f) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- g) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- h) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
- k) Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

11.13. Serão atribuições do fiscal do contrato:

- a) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.
- b) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias do fornecimento do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
- c) Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

d) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos.

e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de seu fornecimento, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

f) Recusar o produto quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;

h) Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;

i) Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

11.14. A fiscalização da contratação será exercida por servidor devidamente nomeado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

11.15. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.16. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

12.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, respeitada a ordem cronológica de pagamentos por fonte de recursos, de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, contados da data do recebimento definitivo do objeto.

12.1.1. Caso o proponente não protocolize seu pedido de pagamento nos prazos avençados, reserva-se a Contratante o direito de pagar o valor da Nota Fiscal/Fatura, **somente no mês subsequente sem alterações de valor, ou aplicação de qualquer cominação legal.**

12.2. Para habilitar-se ao pagamento, a contratada deverá apresentar a(s) fatura(s) emitida(s) em moeda corrente, devidamente acompanhada das certidões de regularidade para com a fazenda federal, estadual, municipal, INSS, FGTS, e CNDT, contendo no mínimo os seguintes dados:

12.2.1. Data de emissão;

12.2.2. Estar endereçada a Estar endereçada ao **Fundo Especial Municipal do Corpo de Bombeiros Militar/FEMBOM, 7º BBM, CNPJ nº 22.100.219/0001-03, situado na Av. Veiga Vale esq. c/ Av. Major Manoel Augusto Silva Brandão, s/n, St Veiga Jardim, Aparecida de Goiânia-GO, CEP.: 74954-410;**

12.2.3. Conter o nº do CNPJ informado no contrato;

12.2.4. Valor unitário e total;

12.2.5. Especificação do objeto fornecido.

12.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

12.4. Ocorrendo atraso no pagamento a adjudicatária fará jus a juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês *pro rata die*, da data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento.

12.5. A administração deve observar o Dever de pagamento através da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (Art. 141.):

I - Fornecimento de bens;

II - Locações;

III - prestação de serviços;



IV - Realização de obras.

12.6. DO REAJUSTAMENTO

12.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado contido na proposta vencedora.

12.6.2. Não serão aceitos requerimentos de alteração dos valores instruídos com base apenas em notas fiscais.

12.6.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (*INPC*).

12.6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.6.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.6.9. O prazo para reposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de até um mês, admitida a prorrogação motivada por igual período, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

12.6.10. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.



12.6.11. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes **dotações orçamentárias**:

14.1401.06.122.1401.2305.106.339030 – Fonte: 106 – Ficha: 20252523

13.2. Os recursos financeiros utilizados para pagamento do presente objeto são oriundos do: **Fundo Especial Municipal para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás – FEMBOM**

14. DAS INFRAÇÕES PRATICADAS DURANTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E AS SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. Fraudar a licitação

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos subitens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.10.1. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DAS INFRAÇÕES NO CURSO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E SANÇÕES

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- A) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013. 14.2.



15.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021);

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

IV. Multa: a. Moratória de 0,5% (cinco décimos percentuais) a 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

V. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso i do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

VI. Compensatória de 0,5% (cinco décimos percentuais) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133/2021); 14.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133/2021);

15.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133/2021);

15.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133/2021);

15.5 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (art. 159 da Lei n.º 14.133/2021);

15.9. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n.º 14.133/2021);

15.10. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas (CEIS) e no cadastro nacional de empresas punidas (CNEP), instituídos no âmbito do poder executivo federal (art. 161 da Lei n.º 14.133/2021);

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021;



15.12 Os débitos do contratado para com a administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da instrução normativa seges/me n.º 26, de 13 de abril de 2022.

16. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.5. O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado

16.6. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.9. Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

16.10. Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11. O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.12. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.13. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18. 23.14.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.14. Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

17.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

17.10. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de referência (especificações) /

Anexo II - Estudo Técnico Preliminar

Anexo III - Carta proposta (modelo)

Anexo IV - Termo de credenciamento (modelo)

Anexo V – Declaração de habilitação

Anexo VI - Declaração que não emprega menor

Anexo VII - Declaração de idoneidade

Anexo VIII – Minuta de Contrato

Anexo IX - Declaração contendo informações para fins do contrato

Anexo X - Modelo de protocolo de entrega de amostras

17.11. O presente edital e seus anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

17.12. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas, sem comprometimento com a segurança do futuro contrato.



17.13. A participação neste pregão eletrônico implicará aceitação integral e irrevogável das normas do edital e seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso;

17.14. É facultada a pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.15. As proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.16. A licitante vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar à terceiros ou ao patrimônio do órgão de licitação, reparando às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do órgão de licitação.

17.17. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

17.18. À licitante vencedora é vedado transferir, total ou parcialmente o objeto adjudicado decorrente deste edital, ficando obrigada, perante o município pelo exato cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação.

17.19. A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos será encaminhada por e-mail aos interessados e/ou divulgado no site <https://transparencia.aparecida.go.gov.br/licitacoes/3>.

17.20. No caso de ausência de solicitação de esclarecimentos pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, qualquer reclamação posterior.

17.21. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do edital pelo site: <https://transparencia.aparecida.go.gov.br/licitacoes/3>. Até a data da realização da homologação do certame.

17.22. Para conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação local, estando A pregoeira e a equipe de apoio à disposição dos interessados no horário de 8h às 11h30 e das 13h às 17h, nos dias úteis;



18. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

18.1. Da nomeação do Gestor

Consta a indicação por meio da Portaria n.º 08, de 24 de abril de 2025, para gestor de contrato, o servidor **2º Tenente Natanael de Oliveira Silva**, Matrícula: 01.182, cf. fl. 165, **atendendo**, nesse caso os termos do artigo 3º, XXI da Instrução Normativa nº 010/2015 do TCM-GO

18.2. Da nomeação do Fiscal

Consta a indicação por meio da Portaria n.º 08, de 24 de abril de 2025, para fiscal do contrato, o servidor **Subtenente Claudomilson Barbosa dos Santos**, Matrícula: 02.655, cf. fl. 165, **atendendo**, nesse caso os termos do artigo 3º, XXI da Instrução Normativa nº 010/2015 do TCM-GO

19. DA VIGÊNCIA

19.1. O instrumento contratual, decorrente deste edital, **entrará em vigor a partir da primeira ordem de serviço e expirará em 12 (doze) meses**, ou quando cumpridas todas condições pactuadas, prevalecendo à situação que ocorrer primeiro, **podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.**

19.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

19.1.2. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de serviço tem natureza continuada;

19.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

19.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na prestação do serviço;

19.1.5. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

19.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.



19.1.7. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

19.1.8. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

19.1.9. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

19.1.10. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

20. DO FORO

20.1 para dirimir as questões oriundas do presente edital e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o **foro de Aparecida de Goiânia**, no estado de goiás, por mais privilegiado que outro seja.

21. DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL E DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO

21.1. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

21.2. Sem prejuízo do disposto no subitem 21.1, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

21.3. É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos no sítio eletrônico oficial <https://transparencia.aparecida.go.gov.br/licitacoes/3> ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.

21.4. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no endereço eletrônico referido no subitem 21.3, os documentos e informações a seguir:

- a) cópia integral do edital com seus anexos;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

b) resultado da licitação;

c) contratos firmados.

SECRETARIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA, aos 25 dias do mês de agosto de 2025.

ARTHUR HENRIQUE DE SOUSA BRAGA
Secretário Municipal de Administração

DANIELA TELES SILVA
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

1. DO OBJETO

1.1. Este processo tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo e equipamentos de resgate para o serviço operacional das unidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás situadas na cidade de Aparecida de Goiânia, mediante exigências, especificações e condições estabelecidas abaixo:

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	15	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Bolsa de primeiros socorros (Padrão) - Bolsa médica para transporte de material de emergência pré-Hospitalar, modelo mascate (com abertura de zíper total), zíper de 10 mm, fabricada em lona 1200 (poliéster) ou material de melhor qualidade, a prova d'água na cor vermelha. Medidas de no mínimo 65 cm de comprimento, 30 cm de altura por 24 cm de largura. Deverá possuir 06 suportes com pés de apoio antiderrapante tipo sapatas emborrachadas de no mínimo 45 x 55 mm na base da bolsa. Duas alças/fita de 8 cm costuradas na lateral até a base da bolsa, com pegador de mão em lona. Deve conter dois bolsos externos com acabamento em gorgorão (viés) abertos com zíper de 6 mm, um na parte da frente e um na parte de trás, suas costuras devem ser termo soldadas para conferir excelente proteção contra água e acabamento em vivo PVC cor preto. Internamente deverá possuir 05 bolsos internos nas medidas de 25 cm x 10 cm e 1 de 25cm x25cm, com fechamento em velcro 2,5 x 8 cm de alta aderência, com identificador transparente/cristal 12x10 cm. Deverá ser Silkado a logomarca do CBMGO, as inscrições Bombeiros e Resgate, e ainda emergência 193, inseridas em uma faixa longitudinal acompanhando os bolsos externos em dimensões mínimas de 40 x 17 cm, conforme modelo disponível. Bem como deverá ser instalada 02 faixas refletivas de 2,5cm x 40cm na parte superior e inferior da silkagem em ambos os lados. <u><i>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</i></u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
02	10	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Prancha longa de polietileno, completamente transparente a raios x, projetada para incorporar as necessidades do socorrista e do paciente, numa plataforma ergonomicamente eficiente para restrição de movimentos. Facilitar as restrições apropriadas de pacientes pediátricos. Pesando aproximadamente 7kg, com capacidade máxima de no mínimo de 180kg, comprovada através de laudo de instituto acreditado pelo INMETRO, comprimento aproximado de 1850mm, largura 425 mm, tolerância de ± 10 mm, espessura média de 60 mm, tolerância ± 10 mm, com dois sarrafos de pinho de 1600mm com tolerância 40mm de comprimento, em sua carga máxima de trabalho não deverá ultrapassar 65mm de envergadura, com bordas em côncavo para facilitar a empunhadura, na cor amarelo. Acompanhada com 3 cintos de nylon com a fivela de engate rápido feita de polietileno. O equipamento deve possuir registro no ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
03	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Óculos de segurança, modelo ampla-visão constituído de armação confeccionada em uma única peça de PVC flexível na cor cinza Transparente e visor de policarbonato incolor. O modelo cobre toda a região em torno dos olhos do usuário. Os visores devem possuir tratamento Antirrisco e Antiembaçante com lentes de proteção em policarbonato 2,4mm de espessura. Indicado para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes frontais e respingo de produtos químicos. Deverá ter aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego NR. 06 - Certificado de aprovação (CA).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
04	20	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Imobilizador de cabeça - Imobilizador de cabeça impermeável adulto/infantil composta por 03 (três) peças. Características técnicas do produto: É confeccionado em duas partes, sendo a primeira a dos blocos, a segunda a da base e a terceira as tiras de queixo e testa. Os blocos são de compostos de Copolímero de Etil vinil acetado (E.V.A. Lux 35), mais PEBD, com cargas minerais, sintéticas, brancas, neutras, expansivas ereticuladoras. Especificação técnica química: Resistência água; Temperatura de uso +70°C/-50°C (MAX e MIN); Boa resistência a ácidos solventes



e cloreto, bem como a detergentes; Material atóxico; Características bloco, base e tirantes: Constituem de 02 (duas) peças - blocos e base - mais 02 (duas) peças também do mesmo material - testeira e queixeira -, estas confeccionadas em prolipropileno, tendo cada fita medidas aproximadas de 76cm de comprimento. A base e os blocos têm as seguintes medidas aproximadas: base 40cm de comprimento, 25cm de largura e blocos de 25cm de comprimento, 09cm de largura e 15cm de altura. A base é forma retangular para fixação dos blocos através de velcros, os quais deverão ser fixados sem costuras. Os blocos deverão ter abertura de aproximadamente 80mm em seu centro para verificação de sangramentos no aparelho auditivo. Gramatura dos blocos e da base: Cada bloco deve pesar no máximo 150 gramas, totalizando os dois blocos em 300 gramas. Sua base deve pesar no máximo 450 gramas. Peso total do aparelho - 750 gramas. Dos componentes do conjunto: Nos blocos os velcros deverão ter aproximadamente 05cm de largura, com 18cm de comprimento; Na base, os velcros deverão ter aproximadamente 10cm de largura e 21cm de comprimento, deverá ser fixado à base sem costuras; O produto deverá ter duas fitas de apoio à prancha em sua parte posterior, e ainda possuir três fitas de polipropileno com velcro para fixação da base do imobilizador na prancha em sua parte superior. O imobilizador deverá ser acondicionado em saco plástico transparentes, contendo uma bula de instrução e funcionamento, na língua portuguesa e com toda especificação, lote e data de fabricação, validade da base de 12 meses e dos blocos de 06 meses a partir da data de entrega. Material mais leve e flutuante, para transporte e fixação em pranchas para resgate a seco ou em águas. O produto deverá ter registro na ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
05	15	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: OXIMETRO DIGITAL - Oxímetro ponta de dedo hospitalar, adulto, confeccionado em material resistente, compacto leve, digital, aferição SpO2, oxigênio no sangue e frequência cardíaca, alta precisão, com display com gráfico de intensidade, alarme, desligamento automático, sinalizador de nível de bateria, portátil, visor color oled, led, 2 pilhas AAA, com cordão, certificado INMETRO e registro ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
06	30	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de Choque Adesivas Adulto para desfibrilador da marca Cmos Drake (Conector cor Preta) - Eletrodos tipo pás adesivas multifunção descartáveis, em par, autoadesivos equipados com cabo de conexão com único conector próprio ao equipamento na cor preta da marca CMOS DRAKE. Tamanho adulto.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
07	10	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de Choque Adesivas Infantil para desfibrilador da marca Cmos Drake (Conector cor Preta) - Eletrodos tipo pás adesivas multifunção descartáveis, em par, autoadesivos equipados com cabo de conexão com único conector próprio ao equipamento na cor preta da marca CMOS DRAKE. Tamanho infantil.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
08	30	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de choque adesivas compatível com DEA modelo Easyshock TOTH adulto

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
09	10	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de choque adesivas compatível com DEA modelo Easyshock TOTH infantil

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
10	11.995	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Atadura de crepom - medindo no mínimo 15 cm de largura x 180 cm comprimento (repouso) sendo 450 cm de comprimento (esticada), cor natural, com 18 fios, constituído de fios de 100% algodão cru, de alta torção, bordas devidamente acabadas, alta resistência e elasticidade no sentido longitudinal, embalada individualmente por máquina automática, constando externamente os dados de identificação e procedência e que atenda a NBR - ABNT 14.056.

***Ampla participação**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
11	600	PACOTE			

DESCRIPTIVO: Compressa de gaze hidrófila, não estéril, 7,5 cm x 7,5 cm fechada e 15 x 30 cm quando aberta, mínimo 11 fios por cm², fio 100% algodão em tecido tipo tela, 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isenta de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes e alvejantes ópticos. Dobras uniformes para dentro em toda sua extensão para evitar desfiamento. Embaladas em pacotes com 500 unidades com peso mínimo de 490g por pacote. Deverá atender a NBR - ABNT 13.843.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
12	200	CAIXA			

DESCRIPTIVO: Luva para procedimento, em 100% borracha nitrílica, sem forro, cor azul, com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, adequada para uso único, devendo ser descartada após a utilização; Espessura Mínima: 0,16mm; Deve ser fabricada em conformidade com a Norma MT 11/1977 e ABNT NBR ISO 11193-1:2015. Deverá possuir CA. Caixa com 100 unidades. Tamanho P (Pequena).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
13	600	CAIXA			

DESCRIPTIVO: Luva para procedimento, em 100% borracha nitrílica, sem forro, cor azul, com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, adequada para uso único, devendo ser descartada



após a utilização; Espessura Mínima: 0,16mm; Deve ser fabricada em conformidade com a Norma MT 11/1977 e ABNT NBR ISO 11193-1:2015. Deverá possuir CA. Caixa com 100 unidades. Tamanho M (Média).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
14	900	CAIXA			

DESCRIPTIVO: Luva para procedimento, em 100% borracha nitrílica, sem forro, cor azul, com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, adequada para uso único, devendo ser descartada após a utilização; Espessura Mínima: 0,16mm; Deve ser fabricada em conformidade com a Norma MT 11/1977 e ABNT NBR ISO 11193-1:2015. Deverá possuir CA. Caixa com 100 unidades. Tamanho G (Grande).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
15	800	PACOTE			

DESCRIPTIVO: Máscara descartável tripla confeccionada em TNT, polietileno com elásticos para que seja fixado atrás da orelha, filtro de material não tecido, sem fibra de vidro, o filtro com eficiência bacteriana de no mínimo 95%, com Clip Nasal e elementos filtrantes. Hipoalergênico, atóxico, 100% polipropileno não inflamável. Deverá atender a NR.6 do MTE. Caixa com 50 unidades.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
16	60	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Espadrado de tecido de algodão impermeável branco, medindo 10 cm de largura por 450 cm de comprimento, com adesivo uniformemente distribuído isento de substâncias alergênicas, com boa aderência, de fácil remoção, sem deixar resíduos na pele, com bordas bem acabadas e que proporcione facilidade de corte manual. Enrolado de maneira uniforme em carretel plástico protegido por cilindro. Embalado conforme a praxe do fabricante, trazendo externamente os



dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 24 meses.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
17	60	KIT			

DESCRIPTIVO: KIT PARTO contendo, no mínimo, os seguintes itens:

Saco para expurgo com capacidade para 20 litros: Saco plástico para acondicionamento de resíduos hospitalares infectantes, cor branco leitoso, com simbologia infectante impressa no saco, com capacidade para 20 litros. Fabricado em resina termoplástica. O produto deverá ter registro na ANVISA de acordo com a NBR 9191 e NBR 7500 da ABNT.

Absorvente pós-parto: Absorvente higiênico para fluidos corporais, uso pós-parto ou incontinência urinária. Confeccionado com material absorvente, com cobertura interna de falso tecido, revestido externamente por película impermeável, espessura compatível com fluxo abundante. Sem abas. Dimensões mínimas da área absorvível 45 cm x 15 cm.

Avental descartável (tamanho único): Jaleco uso hospitalar, aberto na parte posterior, confeccionado em não tecido TNT, 100% polipropileno, impermeável, atóxico, hipoalergênico, resistente, confortável, maleável. Gramatura 30 g/m² (especificada no rótulo), manga longa, punho em látex, fechamento no pescoço e na cintura através de tiras, não velcro. Na cor branca. Tamanho mínimo 1,20 x 1,40 m. Não estéril, descartável.

Bisturi descartável: Bisturi descartável com lâmina de aço nº 15, inoxidável, estéril, atóxico, apirogênico.

Pulseira de identificação RN: Pulseira de identificação confeccionada com material termoplástico de alta qualidade, nos tamanhos RN/Infantil sendo metade na cor azul e metade na cor rosa. Produto hipoalérgico, macio, sem cantos cortantes e extremamente resistentes. Aceita escrita com caneta esferográfica, resistente à água, contém trava de segurança altamente resistente e inviolável.

Compressa de gaze – 15 cm X 10 cm: Compressas de Gaze Hidrófila, estéril medindo 15 x 10cm, densidade mínima de 13 fios por cm², com peso de 1g por unidade, confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isentas de



impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Possuir dobras uniformes e para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento. Embaladas em pacotes com 5 unidades com peso mínimo de 5 gramas por pacote. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR - ABNT 13.843. Validade mínima de 5 anos.

Compressa de gaze - 30 cm X 15 cm: Compressas de Gaze Hidrófila, estéril medindo 7,5 x 7,5cm fechada e 15x30cm quando aberta, densidade mínima de 13 fios por cm², com peso de 1g por unidade, confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Possuir dobras uniformes e para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento. Embaladas em pacotes com 5 unidades com peso mínimo de 5 gramas por pacote. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR - ABNT 13.843. Validade mínima de 5 anos.

Cobertor térmico aluminizado: Cobertor térmico aluminizado, confeccionado em manta de poliéster metalizado de 20 a 25 micros, tamanho 2,10 x 1,40m. Embalagem individual.

Clamps Estéril (tamanho único): Clamp umbilical, descartável, sistema tipo pinça em “V” com vedação definitiva, em PVC atóxico, estéril. Embalagem individual. Validade mínima de 5 anos a partir da data de entrega.

Lençol descartável: Lençol descartável com elástico confeccionado em TNT 100% polipropileno de gramatura 20 g/m². Material descartável, atóxico, pacote com 10 unidades, na cor branca medidas 2,0x0,9m.

Par de luvas cirúrgicas estéril nº 7,5: Luva cirúrgica estéril Nº 7.5, descartável, látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Lubrificada com pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama) e antiderrapante. Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001. Deverá atender NBR ABNT 13391, e NR.6 do MTE. Validade mínima de 3 anos.

Par de luvas cirúrgicas estéril nº 8,5: Luva cirúrgica estéril Nº 8.5, descartável, látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Lubrificada com pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama) e antiderrapante.



Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001. Deverá atender NBR ABNT 13391, e NR.6 do MTE. Validade mínima de 3 anos.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
18	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 100mm, comprimento de 860mm. Tamanho G (na cor verde).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
19	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 90mm, comprimento de 640mm. Tamanho M (na cor laranja).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
20	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 80mm, comprimento de 540mm. Tamanho P (na cor azul).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



21	50	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4 mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor branca ou lilás) com largura mínima de 30 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor branca ou lilás) de 30mm de largura mínima combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traqueia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de "EVA" deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho Infantil (fecho branco). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares. <u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
22	100	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4 mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor branca ou lilás) com largura mínima de 30 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor branca ou lilás) de 30mm de largura mínima combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traqueia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de "EVA" deverá ser presa na					



parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho “PP” (fecho lilás). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
23	100	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor Azul Royal) com largura mínima de 40 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor azul Royal) com largura mínima de 40 mm combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de “EVA” deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho "P" (fecho azul Royal). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
24	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor Laranja) com largura mínima de 50 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor Laranja) com largura mínima de 50 mm combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior



(nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de “EVA” deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho "P" (fecho Laranja). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
25	30	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor Verde) com largura mínima de 50 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor Verde) com largura mínima de 50 mm combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de “EVA” deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho "P" (fecho Verde). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
26	15	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Reanimador manual em silicone transparente cristal, autoclavável a 121°C, esterilizável a óxido de etileno, desmontável, com reservatório de oxigênio, máscara em silicone, e conector, com capacidade para 1.600ml, tamanho adulto, com bolsa para acondicionamento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
27	10	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Reanimador manual em silicone transparente cristal, autoclavável a 121°C, esterilizável a óxido de etileno, desmontável, com reservatório de oxigênio, máscara em silicone, e conector, com capacidade para 500ml, tamanho infantil, com bolsa para acondicionamento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
28	15	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Máscara de Oxigênio de não reinalação de alta concentração, em pvc (cloreto de polivinila) resistente, transparente, e não tóxico; tamanho infantil; Reutilizável, com elástico ajustável para fixação, válvula unidirecional, extensor para rede de oxigênio com mínimo 1,20 m de comprimento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
29	30	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Máscara de Oxigênio de não reinalação de alta concentração, em pvc (cloreto de polivinila) resistente, transparente, e não tóxico; tamanho adulto; Reutilizável, com elástico ajustável para fixação, válvula unidirecional, extensor para rede de oxigênio com mínimo 1,20 m de comprimento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



30	10	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Copo umidificador para oxigenoterapia com marcação de nível mínimo e máximo, pressão de trabalho estabelecida pela rede, fluxo máximo determinado pelo fluxômetro; capacidade de 250 ml. Borboleta em Poliamida 6 (nylon) s/fibra; O'ring em borracha nitrílica; niple de ar comprimido em Latão; tampa do umidificador em Polipropileno (PP); borbulhador em Polipropileno (PP) sinterizado; frasco do umidificador em Polietileno de Baixa Densidade. <u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
31	10	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Esfigmomanômetro digital de braço automático - Monitor de Pressão Arterial de Braço Automático, Indicador de hipertensão, Indicador de batimento cardíaco. Detalhes técnicos: Visor digital LCD, Método oscilométrico, no mínimo 50 memórias com data e hora, Variação da medição da Pressão mínima: 30 mmHg a 280 mmHg, variação da medição do Pulso mínima: 30 a 180 batimentos/min. Sistema de inflação e deflação Automático, Sensor de pressão capacitivo. Alimentado por 4 pilhas "AAA" de 1.5V (incluso), com mais 4 pilhas sobressalentes perfazendo o total de 8 pilhas AAA de 1.5 volts. Braçadeira ajustável em Nylon para braços de aproximadamente 20 a 38cm de circunferência, com fecho em velcro resistente Desligamento automático em inatividade. Acompanha: Certificado ANVISA e INMETRO, Certificado de garantia, unidade principal, tubo de inflação, manual de instruções, estojo para armazenamento. <u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
32	1.500	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Solução fisiológica - Solução de Cloreto de Sódio a 0,9%, acondicionada em frasco fechado de no mínimo 100ml, fechado por meio de tampa com rosca, ou sistema mais eficiente de armazenamento e aplicação aprovado pela CONTRATANTE. Validade mínima de 12 meses a partir da entrega <u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u>					



ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
33	100	PACOTE			
DESCRIPTIVO: Compressa cirúrgica não estéril - Compressa cirúrgica, campo operatório, descartável, tecido 100% algodão, 4 camadas, com cadarço e costuras duplas, em tecido com alta absorção, na cor branca, com fio radiopaco, sem alvejante óptico e amido, no tamanho aproximado de 45 x 45 cm. Pacote com 50 unidades. De acordo com NBR – ABNT 14767. Validade mínima de 3 anos a partir da data da entrega. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
34	100	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cobertor Aluminizado - Cobertor térmico aluminizado, confeccionado em manta de poliéster metalizado de no mínimo 23 micras, tamanho aproximado de 2,10 x 1,40m. Embalagem individual. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
35	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 1 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 5 cm, nº 1, cor azul. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
36	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 2 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 6 cm, nº 2, cor preta. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					



ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
37	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 3 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 7cm, nº 3, cor branca. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
38	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 4 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 8 cm, nº 4, cor verde. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
39	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 5 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 9 cm, nº 5, cor amarela. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
40	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 6 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 10 cm, nº 6, cor vermelha. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
41	15	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Bulbo aspirador neonatal - Bulbo para aspiração de secreções e muco, composto em borracha natural, tamanho neonato, nº 2. Validade mínima de 24 meses a partir da data de entrega.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
42	20	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Torniquete Tático - Torniquete APH Tático Militar Composição: Nylon, poliamida, poliuretano e velcroorniquete ajustável para controle de hemorragias nas extremidades inferiores e superiores. Deverá possuir sistema de fechamento único que permita uma aplicação extremamente rápida e remoção suave resultando em menor perda sanguínea, com barra para sua estabilização que mantém sua integridade e diminui o pinçamento da pele. Dimensões aproximadas (mm): 95 X 4 cm (comprimento x largura) Deverá possuir registro na ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
43	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala moldável amarela (GG) - Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 110mm, comprimento de 1000mm. Tamanho GG (na cor amarela).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
44	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala moldável amarela (EG) - Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 110mm, comprimento de 1200mm. Tamanho EG (na cor amarela).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



45	30	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Tala Moldável , confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 80mm, comprimento de 300mm. Tamanho PP (na cor lilás).					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
46	3.005	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Atadura de crepom - medindo no mínimo 15 cm de largura x 180 cm comprimento (repouso) sendo 450 cm de comprimento (esticada), cor natural, com 18 fios, constituído de fios de 100% algodão cru, de alta torção, bordas devidamente acabadas, alta resistência e elasticidade no sentido longitudinal, embalada individualmente por máquina automática, constando externamente os dados de identificação e procedência e que atenda a NBR - ABNT 14.056.					
<i><u>Cota exclusiva nos termos do artigo 48, III da lei 123/2006</u></i>					

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Atendimento Pré-Hospitalar (APH), conforme preconiza o Ministério da Saúde (BRASIL, 2003), por meio da Política Nacional de Atenção às Urgências, é definido como a assistência prestada em um primeiro nível de atenção, aos portadores de quadros agudos, de natureza clínica, traumática ou psiquiátrica, quando ocorrem fora do ambiente hospitalar, podendo acarretar sequelas ou até mesmo a morte.

2.2. O crescimento da cidade de Aparecida de Goiânia associado ao grande número de acidentes de trânsito resulta no árduo trabalho das equipes de resgate, que além de salvarem muitas vidas encaram a crua e violenta realidade. Nesse sentido, as Unidades de Resgate necessitam de veículos com supridos com materiais que permitem à tripulação de bombeiros, técnicos em emergências médicas, prestarem os socorros de suporte básico da vida, de forma a estabilizar, imobilizar e transportar adequadamente a vítima ao centro médico mais apropriado à situação.

2.3. As atividades do Corpo de Bombeiros Militar em Aparecida de Goiânia envolvem, dentre outras, o trabalho de Atendimento Pré-Hospitalar que objetiva fornecer suporte de vida à vítima, não agravando lesões existentes nem gerando novas lesões, possibilitando uma melhor e mais rápida recuperação para



que as vítimas possam brevemente retornar às suas atividades normais.

2.4. O custo de um cidadão vitimado para o Poder Público é bastante dispendioso. As despesas podem ocorrer com medicamentos, internações, cirurgias, mão de obra dos profissionais da saúde, auxílio-doença e até mesmo a aposentadoria por invalidez. Desse modo, as atividades de resgate são, indubitavelmente, uma forma de reduzir esses gastos e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

3. RESULTADOS ESPERADOS

3.1. Suprir as Unidades de Resgate (UR) do 7º Batalhão Bombeiro Militar- 7ºBBM, em Aparecida de Goiânia com materiais de consumo utilizados no atendimento pré-hospitalar.

3.2. Proporcionar às vítimas uma recuperação mais digna, rápida e eficaz, para que essas possam retornar com mais celeridade às suas atividades normais, cumprindo suas funções sociais na sociedade.

3.3. Fornecer uma maior qualidade no atendimento pré-hospitalar, salvando vidas, reduzindo sequelas e proporcionando recuperação digna.

3.4. Maior proteção e socorro imediato às pessoas, expostas ao perigo provocado em sua maioria pelos acidentes de trânsito.

3.5. Espera-se, também, evitar acidentes ao Bombeiro Militar e às pessoas no local da ocorrência resgatando a vítima com segurança dentro do menor tempo possível.

3.6. Reestruturação e fortalecimento do setor operacional de resgate do 7º Batalhão Bombeiro Militar, instalado na cidade de Aparecida de Goiânia.

4. ENTREGA

4.1. Conforme subitem 11 do Edital.

5. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

5.1. Conforme subitem 13 do Edital



6. DO PAGAMENTO

6.1. Conforme subitem 12 do Edital

7. DA GARANTIA

7.1. Os objetos deste Termo de Referência deverão possuir a Garantia legal contra defeitos de fabricação prevista no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo a garantia oferecida pela fabricante, a partir da data do recebimento definitivo dos itens.

7.2. Os objetos deste Termo de Referência deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo, em hipótese alguma, permitida a oferta de equipamentos resultantes de processo de reforma, recondicionamento e/ou remanufaturamento.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Conforme subitem 10.9 do edital.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

9.1. Conforme subitem 10.10 do edital.

10. PENALIDADES

10.1. Conforme itens 14 e 15 do Edital.

11. ESTIMATIVA DE PREÇO

11.1. De acordo com os orçamentos pré-realizados a estimativa de custo desta aquisição será de R\$ **472.666,01**



12. RECURSOS FINANCEIROS.

12.1. Os recursos para o pagamento das despesas decorrentes deste autorizo são oriundos do Fundo Especial Municipal para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás – FEMBOM, CNPJ 22.100.219/0001-03.

Aparecida de Goiânia, 03 de dezembro de 2024.

Ciro Martins da Silva - TC QOC BM

Comandante do 7º BBM

Gestor do FEMBOM



APENSO AO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO	2025.279.125
INTERESSADO	FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS - FEMBOM
ASSUNTO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O RESGATE PRÉ-HOSPITALAR

1. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é definido na Lei Federal 14.133/2021, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação. Segundo o Decreto Municipal n. 149 de 9 de março de 2023, o Estudo Técnico Preliminar contempla o detalhamento do objeto, justificativa e preços referenciais e é realizado na fase preparatória do processo licitatório.

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo subsidiar o planejamento para a aquisição de materiais de consumo e equipamentos para o resgate pré-hospitalar, que serão utilizados pelas unidades de resgate do Corpo de Bombeiros Militar de Aparecida de Goiânia, objetivando a reposição dos estoques de materiais que são utilizados diariamente no serviço de resgate.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Lei Federal 14.133 de 1º de abril 2021.

2.2. Decreto Municipal n. 149 de 9 de março de 2023.

3. DESCRIÇÃO E NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DO OBJETO

O presente estudo subsidia a aquisição de materiais e equipamentos para o resgate pré-hospitalar, para renovação e recomposição dos estoques desses materiais, que são utilizados pelas unidades de resgate do Corpo de Bombeiros de Aparecida de Goiânia. Dentre os materiais pretendidos estão equipamentos de monitoramento e materiais de consumo para o resgate pré-hospitalar, todos de extrema necessidade



para o bom andamento do serviço operacional do Corpo de Bombeiros.

Trata-se também da importância da renovação constante de materiais e equipamentos, que pela idade e pelo uso tem o desgaste natural, e que, como são itens que garantem tanto a segurança dos militares como a excelência na atuação devem estar sempre nas melhores condições possíveis.

Além da renovação dos materiais, existe ainda, o constante crescimento da corporação, contando com a expansão de unidades operacionais, considerando o Projeto Capilaridade do CBMGO, que visa a criação de novos postos avançados na cidade e a chegada de novas viaturas, o que cria uma demanda cada vez maior de materiais para a execução excelente da atividade fim do Corpo de Bombeiros na cidade de Aparecida de Goiânia, levando ao cidadão maior capacidade operacional e, conseqüentemente, um serviço mais bem executado e de qualidade.

4. JUSTIFICATIVA

O Atendimento Pré-Hospitalar (APH), conforme preconiza o Ministério da Saúde (BRASIL, 2003), por meio da Política Nacional de Atenção às Urgências, é definido como a assistência prestada em um primeiro nível de atenção, aos portadores de quadros agudos, de natureza clínica, traumática ou psiquiátrica, quando ocorrem fora do ambiente hospitalar, podendo acarretar sequelas ou até mesmo a morte.

O crescimento da cidade de Aparecida de Goiânia associado ao grande número de acidentes de trânsito resulta no árduo trabalho das equipes de resgate, que além de salvarem muitas vidas encaram a crua e violenta realidade. Nesse sentido, as Unidades de Resgate necessitam de veículos com supridos com materiais que permitem à tripulação de bombeiros, técnicos em emergências médicas, prestarem os socorros de suporte básico da vida, de forma a estabilizar, imobilizar e transportar adequadamente a vítima ao centro médico mais apropriado à situação.

As atividades do Corpo de Bombeiros Militar em Aparecida de Goiânia envolvem, dentre outras, o trabalho de Atendimento Pré-Hospitalar que objetiva fornecer suporte de vida à vítima, não agravando lesões existentes nem gerando novas lesões, possibilitando uma melhor e mais rápida recuperação para que as vítimas possam brevemente retornar às suas atividades normais.

O custo de um cidadão vitimado para o Poder Público é bastante dispendioso. As despesas podem ocorrer com medicamentos, internações, cirurgias, mão de obra dos profissionais da saúde, auxílio-doença e até mesmo a aposentadoria por invalidez. Desse modo, as atividades de resgate são, indubitavelmente, uma forma de reduzir esses gastos e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos



cidadãos.

O Corpo de Bombeiros da cidade de Aparecida de Goiânia, encontra-se em constante expansão, tanto de unidades quanto de viaturas, e para acompanhar esse crescimento, a quantidade de materiais, para dar suporte aos atendimentos e suprir as novas necessidades, devem ser apropriadas às demandas sempre crescentes.

5. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO CBMGO

- Planejamento Estratégico CBMGO 2022-2031
- Projeto Capilaridade CBMGO

6. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE QUANTIDADES E VALORES

6.1 COMPOSIÇÃO DA ESTIMATIVA DE VALORES:

- Propostas de fornecedores
- Levantamento de valores e outras contratações no portal *compras.gov.br*
- Mapa de pesquisa mercadológica
- Justificativa da escolha dos fornecedores

7. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- Recursos decorrentes do FEMBOM / 7º BBM

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO ADEQUADA

No caso do presente objeto entende-se que o **parcelamento ou separação dos itens em lotes não é pertinente**, considerando que os materiais têm as mesmas finalidades e colaborando, assim, com a entrega do produto final solicitado pela Administração Pública. Para a aquisição desses materiais a não



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

separação em lotes facilita o agrupamento de objetos de utilização finalística de mesma natureza. Para entrega de cada item entende-se que a melhor opção seja total e sem parcelamento.

9. JUSTIFICATIVA PARA EXCEPCIONALIDADE DA DESPESA E A EXPECTATIVA PARA O PERÍODO DA NOVA CONTRATAÇÃO OU ADITIVO

A aquisição dos materiais é justificada, considerando o uso constante de material para pré-hospitalar para o bom andamento do serviço de resgate no município de Aparecida de Goiânia. A aquisição do objeto desse estudo deve ser por meio de entrega total, sem necessidade de aditivo para esta contratação, levando em consideração as demandas atuais do Corpo de Bombeiros do município.

Natanael de Oliveira Silva – 2º Tenente QOA BM Secretário do FEMBOM

Rafaela Araújo Santos – 3º Sargento QPC BM Auxiliar do FEMBOM

DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

Declaro que esta Aquisição é viável tendo em vista a finalidade dos objetos pretendidos, e busca critérios objetivos visando a seleção da proposta de contratação mais vantajosa e a promoção do desenvolvimento sustentável, com observância dos princípios da isonomia e da indisponibilidade do interesse público.

Ciro Martins da Silva

Gestor do FEMBOM

Aparecida de Goiânia, 02 de dezembro de 2024.



ANEXO II
CARTA PROPOSTA

À Pregoeira

Secretaria Executiva de Licitação do Município de Aparecida de Goiânia

Endereço: rua Gervásio pinheiro, área pública municipal, s/n setor solar central Park, prédio cidade administrativa Maguito vilela, piso térreo, cep: 74.968-500 Aparecida de Goiânia.

Ref.: pregão eletrônico nº 070/2025

Prezado(a) senhor(a),

_____(nome da empresa)____, CNPJ/mf n.º _____, sediada _____(endereço completo)____, tendo examinado o edital, vem apresentar a presente proposta para a entrega do objeto, em conformidade com o edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes.

(especificar o objeto conforme planilha constante do anexo I - termo de referência, contendo quantitativos, especificação do produto, valores e local de entrega).

Item	Qtd.	Medida	Marca	Custos indiretos	Tributos	Lucro	V.l. unt.	V.l total
01								
Descritivo:								
Valor total/global da proposta: r\$								

***a composição solicitada na proposta reajustada deverá evidenciar o seguinte: preço do produto, impostos e taxas, custo de entrega e transporte, encargos sociais e trabalhistas e outras despesas se houver.**

***a proposta reajustada e a planilha de custo poderá ser enviada por e-mail, devidamente assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante.**

Comprometemo-nos a fornecer o produto nas especificações, no prazo e condições previstos no edital.

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, a contar de sua apresentação.

Localidade, ____ de _____ de _____

____ (assinatura)____

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.



ANEXO III

TERMO DE CREDENCIAMENTO

(preferencialmente em papel timbrado da licitante)

À Pregoeira

Secretaria Executiva de Licitação do município de Aparecida de Goiânia

Endereço: rua Gervásio pinheiro, área pública municipal, s/n setor solar central Park, prédio cidade administrativa Maguito vilela, piso térreo, cep: 74.968-500 Aparecida de Goiânia.

Ref.: pregão eletrônico nº 070/2025

Assunto: credenciamento

Pelo presente instrumento, a empresa, com sede na, C.N.P.J. n.º, através de seu representante legal sr. (a), cargo, credencia o (a) sr. (a), portador (a) do R.G. n.º E C.P.F. n.º, para representá-la perante a secretaria licitação de aparecida de goiânia, na sessão pública do pregão eletrônico supra citado, outorgando-lhe plenos poderes para formular lances verbais e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

Localidade, ____ de _____ de _____

____ (assinatura)____

Cargo

R.G. n.º

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura. Este é um modelo de outorga de poderes, podendo ser dispensado se o representante comprovar poderes por meio de procuração pública ou contrato/estatuto social.



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(exigida pelo art. 63, I da Lei Federal nº 14.133/2021)

À Pregoeira

Secretaria Executiva de Licitação do município de Aparecida de Goiânia

Endereço: rua Gervásio pinheiro, área pública municipal, s/n setor solar central Park, prédio cidade administrativa Maguito vilela, piso térreo, cep: 74.968-500 Aparecida de Goiânia.

Ref.: pregão eletrônico nº 070/2025

Prezado(a) senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ (m.f.) sob o nº _____, sediada *(endereço completo)*, declara junto à(o) pregoeiro(o), que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente para participação no referido pregão.

Declaramos ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do edital, ensejará aplicação de penalidades previstas nos termos deste edital e seus anexos aos declarantes ⁽¹⁾.

(1) Ressalva declaratória para microempresa (me) e empresas de pequeno porte (epp): salvo para os benefícios da Lei complementar nº 123/2006.

Localidade, _____ de _____ de

(assinatura)

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

À Pregoeira

Secretaria Executiva de Licitação do município de Aparecida de Goiânia

Endereço: rua Gervásio pinheiro, área pública municipal, s/n setor solar central Park, prédio cidade administrativa Maguito vilela, piso térreo, cep: 74.968-500 Aparecida de Goiânia.

Ref.: pregão eletrônico nº 070/2025

a empresa _____, inscrita no cnpj (m.f.) sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o sr (a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e cpf nº _____, **declara** expressamente sob as penas da Lei, que está ciente da proibição de empregar em horário noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer outro tipo de trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e em acordo com a Lei Federal n.º 9.854/99.

Localidade, ____/____/____.

(assinatura e carimbo do representante legal)



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À Pregoeira

Secretaria Executiva de Licitação do município de Aparecida de Goiânia

Endereço: rua Gervásio pinheiro, área pública municipal, s/n setor solar central Park, prédio cidade administrativa Maguito vilela, piso térreo, cep: 74.968-500 Aparecida de Goiânia.

Ref.: pregão eletrônico nº 070/2025

Declaro, sob as penas da Lei, para fins de participação na licitação em referência, que a empresa _____, inscrita no cnpj nº _____ não foi declarada inidônea, bem como não possui qualquer outro fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública.

Ainda, declaro que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Localidade, ____/____/____.

(assinatura e carimbo do representante legal)



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º ____/____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA POR INTERMÉDIO DO FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – FEMBOM E A EMPRESA _____, VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS DE RESGATE PARA O SERVIÇO OPERACIONAL DAS UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS SITUADAS NA CIDADE DE APARECIDA DE GOIÂNIA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.005.727/0001-24, sediado na rua Gervásio pinheiro, área pública II, s/nº, setor solar central Park, cep: 74.968-500, por intermédio do **FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – FEMBOM**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 22.100.219/001-03, situada na Avenida Veiga Vale, esquina com Major Manoel Augusto Silva Brandão, Setor Veiga Jardim, Aparecida de Goiânia - Goiás, CEP: 74.954-410, neste ato representada pelo Comandante **Sr. CIRO MARTINS DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 904.541.701-49.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados no(a) _____, sediada em _____, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, neste ato representada, pelo(s) sócio(s) sr(a). _____, nacionalidade, estado civil, profissão, identidade nº _____, CPF nº _____ doravante denominada apenas **CONTRATADA** têm entre si justo e avençado, e



celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

FUNDAMENTO E VINCULAÇÃO: este contrato decorre da licitação realizada na modalidade **pregão eletrônico nº. 070/2025**, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes. Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual o edital e seus anexos, a proposta de preços da contratada, e demais documentos, no que couber, constantes do processo administrativo nº. **2025.279.125**.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS DE RESGATE PARA O SERVIÇO OPERACIONAL DAS UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS SITUADAS NA CIDADE DE APARECIDA DE GOIÂNIA**, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do termo de referência, da proposta da contratada e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe. Os produtos ora contratados são:

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	15	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Bolsa de primeiros socorros (Padrão) - Bolsa médica para transporte de material de emergência pré-Hospitalar, modelo mascate (com abertura de zíper total), zíper de 10 mm, fabricada em lona 1200 (poliéster) ou material de melhor qualidade, a prova d'água na cor vermelha. Medidas de no mínimo 65 cm de comprimento, 30 cm de altura por 24 cm de largura. Deverá possuir 06 suportes com pés de apoio antiderrapante tipo sapatas emborrachadas de no mínimo 45 x 55 mm na base da bolsa. Duas alças/fita de 8 cm costuradas na lateral até a base da bolsa, com pegador de mão em lona. Deve conter dois bolsos externos com acabamento em gorgorão (viés) abertos com zíper de 6 mm, um na parte da frente e um na parte de trás, suas costuras devem ser termo soldadas para conferir excelente proteção contra água e acabamento em vivo PVC cor preto. Internamente deverá possuir 05 bolsos internos nas medidas de 25 cm x 10 cm e 1 de 25cm x25cm, com fechamento em velcro 2,5 x 8 cm de alta aderência, com identificador transparente/cristal 12x10 cm. Deverá ser Silkado a logomarca do CBMGO, as inscrições Bombeiros e Resgate, e ainda					



emergência 193, inseridas em uma faixa longitudinal acompanhando os bolsos externos em dimensões mínimas de 40 x 17 cm, conforme modelo disponível. Bem como deverá ser instalada 02 faixas refletivas de 2,5cm x 40cm na parte superior e inferior da silkagem em ambos os lados.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
02	10	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Prancha longa de polietileno, completamente transparente a raios x, projetada para incorporar as necessidades do socorrista e do paciente, numa plataforma ergonomicamente eficiente para restrição de movimentos. Facilitar as restrições apropriadas de pacientes pediátricos. Pesando aproximadamente 7kg, com capacidade máxima de no mínimo de 180kg, comprovada através de laudo de instituto acreditado pelo INMETRO, comprimento aproximado de 1850mm, largura 425 mm, tolerância de ± 10 mm, espessura média de 60 mm, tolerância ± 10 mm, com dois sarrafos de pinho de 1600mm com tolerância 40mm de comprimento, em sua carga máxima de trabalho não deverá ultrapassar 65mm de envergadura, com bordas em côncavo para facilitar a empunhadura, na cor amarelo. Acompanhada com 3 cintos de nylon com a fivela de engate rápido feita de polietileno. O equipamento deve possuir registro no ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
03	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Óculos de segurança, modelo ampla-visão constituído de armação confeccionada em uma única peça de PVC flexível na cor cinza Transparente e visor de policarbonato incolor. O modelo cobre toda a região em torno dos olhos do usuário. Os visores devem possuir tratamento Antirrisco e Antiembaçante com lentes de proteção em policarbonato 2,4mm de espessura. Indicado para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes frontais e respingo de produtos químicos. Deverá ter aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego NR. 06 - Certificado de aprovação (CA).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



04	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Imobilizador de cabeça - Imobilizador de cabeça impermeável adulto/infantil composta por 03 (três) peças. Características técnicas do produto: É confeccionado em duas partes, sendo a primeira a dos blocos, a segunda a da base e a terceira as tiras de queixo e testa. Os blocos são de compostos de Copolímero de Etil vinil acetado (E.V.A. Lux 35), mais PEBD, com cargas minerais, sintéticas, brancas, neutras, expansivas ereticuladoras. Especificação técnica química: Resistência água; Temperatura de uso +70°C/-50°C (MAX e MIN); Boa resistência a ácidos solventes e cloreto, bem como a detergentes; Material atóxico; Características bloco, base e tirantes: Constituem de 02 (duas) peças - blocos e base - mais 02 (duas) peças também do mesmo material - testeira e queixeira -, estas confeccionadas em prolipropileno, tendo cada fita medidas aproximadas de 76cm de comprimento. A base e os blocos têm as seguintes medidas aproximadas: base 40cm de comprimento, 25cm de largura e blocos de 25cm de comprimento, 09cm de largura e 15cm de altura. A base é forma retangular para fixação dos blocos através de velcros, os quais deverão ser fixados sem costuras. Os blocos deverão ter abertura de aproximadamente 80mm em seu centro para verificação de sangramentos no aparelho auditivo. Gramatura dos blocos e da base: Cada bloco deve pesar no máximo 150 gramas, totalizando os dois blocos em 300 gramas. Sua base deve pesar no máximo 450 gramas. Peso total do aparelho - 750 gramas. Dos componentes do conjunto: Nos blocos os velcros deverão ter aproximadamente 05cm de largura, com 18cm de comprimento; Na base, os velcros deverão ter aproximadamente 10cm de largura e 21cm de comprimento, deverá ser fixado à base sem costuras; O produto deverá ter duas fitas de apoio à prancha em sua parte posterior, e ainda possuir três fitas de polipropileno com velcro para fixação da base do imobilizador na prancha em sua parte superior. O imobilizador deverá ser acondicionado em saco plástico transparentes, contendo uma bula de instrução e funcionamento, na língua portuguesa e com toda especificação, lote e data de fabricação, validade da base de 12 meses e dos blocos de 06 meses a partir da data de entrega. Material mais leve e flutuante, para transporte e fixação em pranchas para resgate a seco ou em águas. O produto deverá ter registro na ANVISA. <u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
05	15	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: OXIMETRO DIGITAL - Oxímetro ponta de dedo hospitalar, adulto, confeccionado em material resistente, compacto leve, digital, aferição SpO2, oxigênio no sangue e					



frequência cardíaca, alta precisão, com disPlaY• com gráfico de intensidade, alarme, desligamento automático, sinalizador de nível de bateria, portátil, visor color oled, led, 2 pilhas AAA, com cordão, certificado INMETRO e registro ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
06	30	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de Choque Adesivas Adulto para desfibrilador da marca Cmos Drake (Conector cor Preta) - Eletrodos tipo pás adesivas multifunção descartáveis, em par, autoadesivos equipados com cabo de conexão com único conector próprio ao equipamento na cor preta da marca CMOS DRAKE. Tamanho adulto.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
07	10	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de Choque Adesivas Infantil para desfibrilador da marca Cmos Drake (Conector cor Preta) - Eletrodos tipo pás adesivas multifunção descartáveis, em par, autoadesivos equipados com cabo de conexão com único conector próprio ao equipamento na cor preta da marca CMOS DRAKE. Tamanho infantil.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
08	30	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de choque adesivas compatível com DEA modelo Easys shock TOTH adulto

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
09	10	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Eletrodos tipo Pás de choque adesivas compatível com DEA modelo Easys shock TOTH infantil

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
10	11.995	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Atadura de crepom - medindo no mínimo 15 cm de largura x 180 cm comprimento (repouso) sendo 450 cm de comprimento (esticada), cor natural, com 18 fios, constituído de fios de 100% algodão cru, de alta torção, bordas devidamente acabadas, alta resistência e elasticidade no sentido longitudinal, embalada individualmente por máquina automática, constando externamente os dados de identificação e procedência e que atenda a NBR - ABNT 14.056.

***Ampla participação**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
11	600	PACOTE			

DESCRIPTIVO: Compressa de gaze hidrófila, não estéril, 7,5 cm x 7,5 cm fechada e 15 x 30 cm quando aberta, mínimo 11 fios por cm², fio 100% algodão em tecido tipo tela, 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isenta de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes e alvejantes ópticos. Dobras uniformes para dentro em toda sua extensão para evitar desfiamento. Embaladas em pacotes com 500 unidades com peso mínimo de 490g por pacote. Deverá atender a NBR - ABNT 13.843.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
12	200	CAIXA			

DESCRIPTIVO: Luva para procedimento, em 100% borracha nitrílica, sem forro, cor azul, com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, adequada para uso único, devendo ser descartada após a utilização; Espessura Mínima: 0,16mm; Deve ser fabricada em conformidade com a Norma MT 11/1977 e ABNT NBR ISO 11193-1:2015. Deverá possuir CA. Caixa com 100 unidades. Tamanho P (Pequena).



***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
13	600	CAIXA			

DESCRIPTIVO: Luva para procedimento, em 100% borracha nitrílica, sem forro, cor azul, com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, adequada para uso único, devendo ser descartada após a utilização; Espessura Mínima: 0,16mm; Deve ser fabricada em conformidade com a Norma MT 11/1977 e ABNT NBR ISO 11193-1:2015. Deverá possuir CA. Caixa com 100 unidades. Tamanho M (Média).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
14	900	CAIXA			

DESCRIPTIVO: Luva para procedimento, em 100% borracha nitrílica, sem forro, cor azul, com boa sensibilidade tátil, com textura uniforme, adequada para uso único, devendo ser descartada após a utilização; Espessura Mínima: 0,16mm; Deve ser fabricada em conformidade com a Norma MT 11/1977 e ABNT NBR ISO 11193-1:2015. Deverá possuir CA. Caixa com 100 unidades. Tamanho G (Grande).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
15	800	PACOTE			

DESCRIPTIVO: Máscara descartável tripla confeccionada em TNT, polietileno com elásticos para que seja fixado atrás da orelha, filtro de material não tecido, sem fibra de vidro, o filtro com eficiência bacteriana de no mínimo 95%, com Clip Nasal e elementos filtrantes. Hipoalergênico, atóxico, 100% polipropileno não inflamável. Deverá atender a NR.6 do MTE. Caixa com 50 unidades.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



16	60	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Esparadrapo de tecido de algodão impermeável branco, medindo 10 cm de largura por 450 cm de comprimento, com adesivo uniformemente distribuído isento de substâncias alergênicas, com boa aderência, de fácil remoção, sem deixar resíduos na pele, com bordas bem acabadas e que proporcione facilidade de corte manual. Enrolado de maneira uniforme em carretel plástico protegido por cilindro. Embalado conforme a praxe do fabricante, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 24 meses. <u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
17	60	KIT			
DESCRIPTIVO: KIT PARTO contendo, no mínimo, os seguintes itens: Saco para expurgo com capacidade para 20 litros: Saco plástico para acondicionamento de resíduos hospitalares infectantes, cor branco leitoso, com simbologia infectante impressa no saco, com capacidade para 20 litros. Fabricado em resina termoplástica. O produto deverá ter registro na ANVISA de acordo com a NBR 9191 e NBR 7500 da ABNT. Absorvente pós-parto: Absorvente higiênico para fluidos corporais, uso pós-parto ou incontinência urinária. Confeccionado com material absorvente, com cobertura interna de falso tecido, revestido externamente por película impermeável, espessura compatível com fluxo abundante. Sem abas. Dimensões mínimas da área absorvível 45 cm x 15 cm. Avental descartável (tamanho único): Jaleco uso hospitalar, aberto na parte posterior, confeccionado em não tecido TNT, 100% polipropileno, impermeável, atóxico, hipoalergênico, resistente, confortável, maleável. Gramatura 30 g/m2 (especificada no rótulo), manga longa, punho em látex, fechamento no pescoço e na cintura através de tiras, não velcro. Na cor branca. Tamanho mínimo 1,20 x 1,40 m. Não estéril, descartável. Bisturi descartável: Bisturi descartável com lâmina de aço nº 15, inoxidável, estéril, atóxico, apirogênico.					



Pulseira de identificação RN: Pulseira de identificação confeccionada com material termoplástico de alta qualidade, nos tamanhos RN/Infantil sendo metade na cor azul e metade na cor rosa. Produto hipoalérgico, macio, sem cantos cortantes e extremamente resistentes. Aceita escrita com caneta esferográfica, resistente à água, contém trava de segurança altamente resistente e inviolável.

Compressa de gaze – 15 cm X 10 cm: Compressas de Gaze Hidrófila, estéril medindo 15 x 10cm, densidade mínima de 13 fios por cm², com peso de 1g por unidade, confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Possuir dobras uniformes e para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento. Embaladas em pacotes com 5 unidades com peso mínimo de 5 gramas por pacote. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR - ABNT 13.843. Validade mínima de 5 anos.

Compressa de gaze - 30 cm X 15 cm: Compressas de Gaze Hidrófila, estéril medindo 7,5 x 7,5cm fechada e 15x30cm quando aberta, densidade mínima de 13 fios por cm², com peso de 1g por unidade, confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Possuir dobras uniformes e para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento. Embaladas em pacotes com 5 unidades com peso mínimo de 5 gramas por pacote. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR - ABNT 13.843. Validade mínima de 5 anos.

Cobertor térmico aluminizado: Cobertor térmico aluminizado, confeccionado em manta de poliéster metalizado de 20 a 25 micros, tamanho 2,10 x 1,40m. Embalagem individual.

Clamps Estéril (tamanho único): Clamp umbilical, descartável, sistema tipo pinça em “V” com vedação definitiva, em PVC atóxico, estéril. Embalagem individual. Validade mínima de 5 anos a partir da data de entrega.

Lençol descartável: Lençol descartável com elástico confeccionado em TNT 100% polipropileno de gramatura 20 g/m². Material descartável, atóxico, pacote com 10 unidades, na cor branca medidas 2,0x0,9m.

Par de luvas cirúrgicas estéril nº 7,5: Luva cirúrgica estéril Nº 7.5, descartável, látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Lubrificada com pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama) e antiderrapante.



Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001. Deverá atender NBR ABNT 13391, e NR.6 do MTE. Validade mínima de 3 anos.

Par de luvas cirúrgicas estéril nº 8,5: Luva cirúrgica estéril Nº 8.5, descartável, látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Lubrificada com pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama) e antiderrapante. Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001. Deverá atender NBR ABNT 13391, e NR.6 do MTE. Validade mínima de 3 anos.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
18	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 100mm, comprimento de 860mm. Tamanho G (na cor verde).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
19	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 90mm, comprimento de 640mm. Tamanho M (na cor laranja).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



20	50	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 80mm, comprimento de 540mm. Tamanho P (na cor azul). <i>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
21	50	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4 mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor branca ou lilás) com largura mínima de 30 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor branca ou lilás) de 30mm de largura mínima combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traqueia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de "EVA" deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho Infantil (fecho branco). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares. <i>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
22	100	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4 mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor branca ou lilás) com largura mínima de 30 mm. Do outro lado possui abertura					



especial com regulagem feita através de velcro (na cor branca ou lilás) de 30mm de largura mínima combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traqueia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de “EVA” deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho “PP” (fecho lilás). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
23	100	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor Azul Royal) com largura mínima de 40 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor azul Royal) com largura mínima de 40 mm combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de “EVA” deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho "P" (fecho azul Royal). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



24	50	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor Laranja) com largura mínima de 50 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor Laranja) com largura mínima de 50 mm combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de "EVA" deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho "P" (fecho Laranja). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares. <u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
25	30	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Colar cervical confeccionado em polipropileno de alta densidade com espessura mínima de 1 mm, permitindo uma resistência adequada ao serviço. É revestido de espuma macia tipo "EVA" (Etil Vinil Acetato) com espessura mínima de 4mm. Possui num dos lados fecho com velcro (na cor Verde) com largura mínima de 50 mm. Do outro lado possui abertura especial com regulagem feita através de velcro (na cor Verde) com largura mínima de 50 mm combinado com trilhos ou sistema de ajuste similar, para aumento e redução da circunferência do colar. Na sua parte posterior (nuca) possui três aberturas para apalpação e ventilação da nuca. Na parte anterior (frontal) possui abertura que permite apalpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. A face fêmea do velcro deverá ser a fixa na parte lateral do colar e a face macho deverá ser aquela presa na parte posterior do colar para que se evite o embaraço do velcro, no momento da colocação da parte posterior do colar, atrás do pescoço do paciente, com os cabelos, em caso de pacientes com cabelos longos. O colar deverá ser totalmente desmontável, a parte de "EVA" deverá ser presa na parte de polipropileno através de botões de pressão					



para facilitar a limpeza e a desinfecção do material. Será aceito sistema mais eficiente no que tange à utilização, limpeza e resistência, aprovado pela contratante. Tamanho "P" (fecho Verde). Marcas de Referência: Salvapé, Laerdal ou similares.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
26	15	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Reanimador manual em silicone transparente cristal, autoclavável a 121°C, esterilizável a óxido de etileno, desmontável, com reservatório de oxigênio, máscara em silicone, e conector, com capacidade para 1.600ml, tamanho adulto, com bolsa para acondicionamento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
27	10	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Reanimador manual em silicone transparente cristal, autoclavável a 121°C, esterilizável a óxido de etileno, desmontável, com reservatório de oxigênio, máscara em silicone, e conector, com capacidade para 500ml, tamanho infantil, com bolsa para acondicionamento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
28	15	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Máscara de Oxigênio de não reinalação de alta concentração, em pvc (cloreto de polivinila) resistente, transparente, e não tóxico; tamanho infantil; Reutilizável, com elástico ajustável para fixação, válvula unidirecional, extensor para rede de oxigênio com mínimo 1,20 m de comprimento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
29	30	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Máscara de Oxigênio de não reinalação de alta concentração, em pvc (cloreto de polivinila) resistente, transparente, e não tóxico; tamanho adulto; Reutilizável, com elástico ajustável para fixação, válvula unidirecional, extensor para rede de oxigênio com mínimo 1,20 m de comprimento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
30	10	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Copo umidificador para oxigenoterapia com marcação de nível mínimo e máximo, pressão de trabalho estabelecida pela rede, fluxo máximo determinado pelo fluxômetro; capacidade de 250 ml. Borboleta em Poliamida 6 (nylon) s/fibra; O'ring em borracha nitrílica; niple de ar comprimido em Latão; tampa do umidificador em Polipropileno (PP); borbultador em Polipropileno (PP) sinterizado; frasco do umidificador em Polietileno de Baixa Densidade.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
31	10	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Esfigmomanômetro digital de braço automático - Monitor de Pressão Arterial de Braço Automático, Indicador de hipertensão, Indicador de batimento cardíaco. Detalhes técnicos: Visor digital LCD, Método oscilométrico, no mínimo 50 memórias com data e hora, Variação da medição da Pressão mínima: 30 mmHg a 280 mmHg, variação da medição do Pulso mínima: 30 a 180 batimentos/min. Sistema de inflação e deflação Automático, Sensor de pressão capacitivo. Alimentado por 4 pilhas "AAA" de 1.5V (incluso), com mais 4 pilhas sobressalentes perfazendo o total de 8 pilhas AAA de 1.5 volts. Braçadeira ajustável em Nylon para braços de aproximadamente 20 a 38cm de circunferência, com fecho em velcro resistente Desligamento automático em inatividade. Acompanha: Certificado ANVISA e INMETRO, Certificado de garantia, unidade principal, tubo de inflação, manual de instruções, estojo para armazenamento.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	--------	-------	----------------	-----------------



32	1.500	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Solução fisiológica - Solução de Cloreto de Sódio a 0,9%, acondicionada em frasco fechado de no mínimo 100ml, fechado por meio de tampa com rosca, ou sistema mais eficiente de armazenamento e aplicação aprovado pela CONTRATANTE. Validade mínima de 12 meses a partir da entrega <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
33	100	PACOTE			
DESCRIPTIVO: Compressa cirúrgica não estéril - Compressa cirúrgica, campo operatório, descartável, tecido 100% algodão, 4 camadas, com cadarço e costuras duplas, em tecido com alta absorção, na cor branca, com fio radiopaco, sem alvejante óptico e amido, no tamanho aproximado de 45 x 45 cm. Pacote com 50 unidades. De acordo com NBR – ABNT 14767. Validade mínima de 3 anos a partir da data da entrega. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
34	100	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cobertor Aluminizado - Cobertor térmico aluminizado, confeccionado em manta de poliéster metalizado de no mínimo 23 micras, tamanho aproximado de 2,10 x 1,40m. Embalagem individual. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
35	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 1 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 5 cm, nº 1, cor azul. <i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					



ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
36	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 2 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 6 cm, nº 2, cor preta.					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
37	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 3 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 7cm, nº 3, cor branca.					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
38	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 4 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 8 cm, nº 4, cor verde.					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
39	20	UNIDADE			
DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 5 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 9 cm, nº 5, cor amarela.					
<i><u>*Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006</u></i>					
ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
40	20	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Cânula orofaríngea n. 6 - Cânula orofaríngea em PVC atóxico, transparente, inodora, colorida na base de acordo com o tamanho, tamanho 10 cm, nº 6, cor vermelha.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
41	15	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Bulbo aspirador neonatal - Bulbo para aspiração de secreções e muco, composto em borracha natural, tamanho neonato, nº 2. Validade mínima de 24 meses a partir da data de entrega.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
42	20	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Torniquete Tático - Torniquete APH Tático Militar Composição: Nylon, poliamida, poliuretano e velcroorniquete ajustável para controle de hemorragias nas extremidades inferiores e superiores. Deverá possuir sistema de fechamento único que permita uma aplicação extremamente rápida e remoção suave resultando em menor perda sanguínea, com barra para sua estabilização que mantém sua integridade e diminui o pinçamento da pele. Dimensões aproximadas (mm): 95 X 4 cm (comprimento x largura) Deverá possuir registro na ANVISA.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
43	50	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala moldável amarela (GG) - Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 110mm, comprimento de 1000mm. Tamanho GG (na cor amarela).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
44	50	UNIDADE			



DESCRIPTIVO: Tala moldável amarela (EG) - Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 110mm, comprimento de 1200mm. Tamanho EG (na cor amarela).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
45	30	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Tala Moldável, confeccionada em tela aramada, maleável, coberto em E.V.A (Etil Vinil Acetato) espessura mínima de 10mm, largura de 80mm, comprimento de 300mm. Tamanho PP (na cor lilás).

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
46	3.005	UNIDADE			

DESCRIPTIVO: Atadura de crepom - medindo no mínimo 15 cm de largura x 180 cm comprimento (repouso) sendo 450 cm de comprimento (esticada), cor natural, com 18 fios, constituído de fios de 100% algodão cru, de alta torção, bordas devidamente acabadas, alta resistência e elasticidade no sentido longitudinal, embalada individualmente por máquina automática, constando externamente os dados de identificação e procedência e que atenda a NBR - ABNT 14.056.

Cota exclusiva nos termos do artigo 48, III da lei 123/2006

2. CLÁUSULA SEGUNDA DA ENTREGA

2.1. Os objetos serão recebidos de forma parcelada ou não, de acordo com as necessidades do **FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – FEMBOM**, que não poderá ser superior a **30 (trinta) dias úteis**, contados imediatamente após o recebimento da solicitação respectiva, com todos os tributos, embalagem, frete, seguros, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir no preço proposto, por conta da empresa contratada.



2.2. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do registro geral (RG) ou matrícula do servidor do contratante responsável pelo recebimento.

2.3. Os materiais deverão ser entregues e realizado as trocas caso necessário no endereço do **7º Batalhão de Bombeiro Militar/7º BBM no Setor Veiga Jardim, situado na Av. Veiga Vale esq. c/ Av. Major Manoel Augusto Silva Brandão, s/n, St Veiga Jardim, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74954-410, sob a supervisão do 2º Tenente Jonathan Alves Soares, conforme solicitação expedida pelo gestor do contrato designado para tal finalidade, devendo ser emitida pela Contratante e destinada à Contratada.**

2.3.1. Os materiais deverão ser entregues em **dias úteis (de segunda a sexta), em horário comercial (08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00).**

2.3.2. Entregar os produtos cotados, embalados adequadamente, separados por item e nas quantidades e especificações solicitadas.

2.3.3. Substituir os produtos entregues com eventuais defeitos de fabricação ou que apresentar adulteração de qualidade.

2.4. DA GARANTIA

2.4.1. Os objetos deste Termo de Referência deverão possuir a Garantia legal contra defeitos de fabricação prevista no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo a garantia oferecida pela fabricante, a partir da data do recebimento definitivo dos itens.

2.4.2. Os objetos deste Termo de Referência deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo, em hipótese alguma, permitida a oferta de materiais resultantes de processo de reforma, recondicionamento e/ou remanufaturamento.

2.4.3. A contratada deverá efetuar a troca dos materiais defeituosos, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

2.5. Em conformidade com os artigos 140 da Lei nº 14.133/21, mediante recibo, o objeto deste termo será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;



b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

2.6. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito ou má qualidade, fora das especificações ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação;

2.7. O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da contratada *a posteriori*. Deverão ser substituídos os produtos que, eventualmente, não atenderem as especificações;

2.8. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

2.8.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

2.8.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

2.8.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

2.8.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

2.9. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após, verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante “Atestado de Recebimento” ou “Recibo”, firmado pelo servidor responsável, o qual acompanha a nota fiscal/fatura.

2.10. No preço contratado deverão estar incluídos todos os tributos, contribuições, taxas, frete, transporte, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes para a perfeita execução do contrato.

2.11. Serão designados pelo **FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – FEMBOM** representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.



2.12. Serão atribuições do gestor do contrato:

- a) Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- b) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- c) Emitir avaliação do prazo de entrega e qualidade dos produtos;
- d) Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
- e) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- f) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- g) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- h) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
- k) Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

2.13. Serão atribuições do fiscal do contrato:

- a) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.
- b) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias do fornecimento do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
- c) Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.



d) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos.

e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de seu fornecimento, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

f) Recusar o produto quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;

h) Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;

i) Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

2.14. A fiscalização da contratação será exercida por servidor devidamente nomeado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

2.15. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

2.16. fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato, **entrará em vigor a partir da primeira ordem de serviço e expirará em 12 (doze) meses**, ou quando cumpridas todas condições pactuadas, prevalecendo à situação que ocorrer primeiro, **podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.**



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.1.2. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de serviço tem natureza continuada;

3.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na prestação do serviço;

3.1.5. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

3.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.1.7. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.8. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.9. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.1.10. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, E PAGAMENTO

4.1. DO PREÇO: A contratada obriga-se a fornecer o objeto deste contrato pelos preços unitários constantes do subitem 1.1, perfazendo o valor total de R\$ ____ (_____).

4.1.1. Nos preços estipulados estão incluídos todos os custos decorrentes da prestação dos serviços tais como: mão de obra, salário, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de segurança do trabalho e trabalhistas, fretes, seguros, impostos e taxas, contribuições e alvarás, ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários à consecução deste, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro.



4.2. DA FORMA DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, respeitada a ordem cronológica de pagamentos por fonte de recursos, e suas alterações posteriores, contados da data do recebimento definitivo do objeto.

4.2.1. Caso o proponente não protocolize seu pedido de pagamento nos prazos avençados, reserva-se a Contratante o direito de pagar o valor da Nota Fiscal/Fatura, **somente no mês subsequente sem alteração de valor, ou aplicação de qualquer cominação legal.**

4.3. Para habilitar-se ao pagamento, a contratada deverá apresentar a(s) fatura(s) emitida(s) em moeda corrente, devidamente acompanhada das Certidões de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, e CNDT, contendo no mínimo os seguintes dados

4.3.1. Data de emissão;

4.3.2. Estar endereçada ao **Fundo Especial Municipal do Corpo de Bombeiros Militar/FEMBOM, 7º BBM**, CNPJ nº 22.100.219/0001-03, situado na Av. Veiga Vale esq. c/ Av. Major Manoel Augusto Silva Brandão, s/n, St Veiga Jardim, Aparecida de Goiânia-GO, CEP.: 74954-410;

4.3.3. Conter o nº do CNPJ informado no contrato;

4.3.4. Valor unitário e total;

4.3.5. Especificação do objeto fornecido.

4.3.6. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

4.3.7. Ocorrendo atraso no pagamento a adjudicatária fará jus a juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês *pro rata die*, da data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento.

4.3.8. A administração deve observar o Dever de pagamento através da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (Art. 141.):

I - Fornecimento de bens;

II - Locações;

III - prestação de serviços;

IV - Realização de obras.



4.4. DO REAJUSTAMENTO

4.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado contido na proposta vencedora.

4.4.2. Não serão aceitos requerimentos de alteração dos valores instruídos com base apenas em notas fiscais.

4.4.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

4.4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice (s) definitivo(s)

4.4.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste ser(ão) obrigatoriamente o(s) definitivo(s).

4.4.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s) em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.4.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.4.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de até um mês, admitida a prorrogação motivada por igual período, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

4.4.10. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes da eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

4.4.11. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.



5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes **dotações orçamentárias**:

14.1401.06.122.1401.2305.106.339030 – Fonte: 106 – Ficha: 20252523

5.2. Os recursos financeiros utilizados para pagamento do presente objeto são oriundos do: **Fundo Especial Municipal para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás – FEMBOM**

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei Federal nº 14.133/21 ainda obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- a) executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;
- b) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desse termo, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução e ou fabricação;
- c) O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

6.2. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, nos prazos e locais indicados pela administração, em estrita observância das especificações do contrato/termo de referência e a proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal constatando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

6.2.1. Os materiais ofertados deverão proporcionar condições de segurança de forma a garantir a qualidade e deverão atender aos padrões técnicos exigíveis, devendo obedecer às normas ABNT, INMETRO, Código de Defesa do Consumidor e demais normas e legislações vigentes aplicáveis, no que couber;

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

6.4. Este dever implica na obrigação de, a critério da administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no termo de referência, o produto com avarias ou defeitos;

6.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto do presente contrato;

6.6. Comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e habilitação e qualificações exigidas para a contratação;

6.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência ou no contrato;

6.9. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, caso houver, e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 121 da Lei Nº 14.133/21, com suas alterações;

6.10. Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações ou documentos de que venha eventualmente ter conhecimento ou acesso em razão deste contrato;

6.11. A contratada deverá ceder a título de empréstimo, a quantidade necessária de extintores carregados sem qualquer ônus ao erário enquanto estiver de posse das carcaças para serem recarregadas.

6.12 Correrão por conta da Contratada, todas as despesas com impostos, fretes, transportes, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

6.13 A Contratada deverá obrigatoriamente entregar os produtos contratados, embalados adequadamente, separados por item nas quantidades e especificações que trata este termo.

6.14 A Contratada deverá substituir os produtos objeto do termo de referência, que por ventura forem entregues à Contratante, com defeitos de fabricação ou que apresentarem qualquer adulteração de qualidade, vícios, defeitos, incorreções e características, num prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** contados imediatamente após a notificação feita pela Contratante à Contratada.



6.15. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;

6.17. A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 155 da Lei 14.133/21;

6.18. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer produto instalado fora das especificações constantes da proposta apresentada;

6.19. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;

6.20. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido em lei;

6.21. Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);

6.22. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

6.23. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;

6.24. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

6.25. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

6.26. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

6.27 O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

6.28. Os produtos deverão possuir garantia legal contra defeitos de fabricação, conforme Certificado de garantia expedida pelo fabricante.

6.29. Os Produtos deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo, em hipótese alguma, permitida a oferta de equipamento resultante de processo de reforma, recondicionamento e/ou remanufaturamento.

6.30. Os materiais deverão ser fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente

6.31. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.31.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

6.31.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

6.31.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especificamente designado.

6.31.4. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

6.31.5. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

6.31.6. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

6.31.7. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e



fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

6.31.8 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de referência, anexo do Edital e instrumentos convocatórios.

7. CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES E MULTA

7.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, não honrar o conteúdo da proposta ofertada, falhar ou fraudar na execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas nos itens seguintes e das cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

7.1.1. As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa à contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.1.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

7.1.2.1. 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

7.1.2.2. não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/21.

7.1.2.3. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.



7.1.3. A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

A) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela administração;

B) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida;

II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de;

A) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

B) paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à administração;

C) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;

D) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

7.1.4. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no diário oficial do município.

7.1.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.2. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita ainda às penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - A inexecução total ou parcial deste contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da administração.



8.2 - A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados na Lei 14.133/2021;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

8.3 - Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9. CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

9.1. Da nomeação do Gestor

Consta a indicação por meio da Portaria n.º 08, de 24 de abril de 2025, para gestor de contrato, o servidor **2º Tenente Natanael de Oliveira Silva**, Matrícula: 01.182, cf. fl. 165, **atendendo**, nesse caso os termos do artigo 3º, XXI da Instrução Normativa nº 010/2015 do TCM-GO

9.2. Da nomeação do Fiscal

Consta a indicação por meio da Portaria n.º 08, de 24 de abril de 2025, para fiscal do contrato, o servidor **Subtenente Claudomilson Barbosa dos Santos**, Matrícula: 02.655, cf. fl. 165, **atendendo**, nesse caso os termos do artigo 3º, XXI da Instrução Normativa nº 010/2015 do TCM-GO

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA MATRIZ DE RISCOS

10.1. Tratamento de riscos

10.2. Riscos do processo de aquisição de roupa de proteção química nível A.

RISCO 01



Na hipótese de existir contrato, verificação do histórico do contrato anterior	Equipe de planejamento
Ação de Contingência	Responsável
Verificação do erro cometido no processo de justificação do processo	Equipe de planejamento e Equipe técnica.
Melhora das justificativas em documentos subsequentes do fluxo de planejamento de contratação	Equipe de planejamento e Equipe técnica.
Melhora do método de comunicação entre a equipe de planejamento e o setor especialista por meio de padrões definidos	Equipe de planejamento e Equipe técnica.
Caso exista registro do histórico de contrato, verificar a sua eficácia no que tange aos requisitos do sistema, caso contrário, estabelecer e implantar um método de registro eficaz de controle do histórico do Contrato	Equipe de planejamento e Equipe técnica.
RISCO 02	
Risco	ATRASSO NO PROCEDIMENTO FORMAL DE AQUISIÇÃO
Probabilidade	Médio

Impacto	Alto
Dano 01	Atraso na entrega dos materiais adquiridos
Ação Preventiva	Responsável
Verificação criteriosa dos prazos e cobrança antecipada dos responsáveis pelas tarefas do fluxo do processo de contratação	Equipe de Planejamento da Aquisição e Equipe de Licitação
Ação de Contingência	Responsável
Verificar as pendências e responsáveis, retomar ou recomeçar o processo licitatório o mais rápido	Equipe de Planejamento da Aquisição e Equipe de Licitação



possível		
RISCO 03		
	Risco	INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	Probabilidade	Muito Baixa
	Impacto	Alto
	Dano 01	Atraso do processo Licitatório
Ação Preventiva		Responsável
Cumprimento dos elementos formais do processo licitatório. Verificar se há orçamento disponível para a aquisição no exercício corrente.		Equipe de Licitação e planejamento e Contabilidade
Ação de Contingência		Responsável
Em caso de cancelamento total do Processo Licitatório, elaborar outro processo de compra o mais rápido possível		Equipe de planejamento e Licitação

10. 3. RISCOS DO PROCESSO DE GESTÃO CONTRATUAL

RISCO 04		
	Risco	ATRASSO NO INÍCIO DA ENTREGA DOS MATERIAIS ADQUIRIDOS
	Probabilidade	Baixo
	Impacto	Alto
	Dano 01	Compromete os atendimentos de resgate pré hospitalar
Ação Preventiva		Responsável



1	Elaborar um cronograma de atividades da empresa.	Equipe de planejamento e equipe de fiscalização
2	Elaborar e usar um documento oficial para comunicação;	Equipe de planejamento e equipe de fiscalização
3	Comunicar à empresa os prazos de entrega e cobrar ação.	Equipe de planejamento e equipe de fiscalização
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Cobrar os responsáveis, aplicar as penalidades referentes ao atraso.	Equipe de planejamento

10. 4 - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

PONTOS RELEVANTES	SITUAÇÃO
1) Há orçamento disponível para a aquisição no exercício corrente. Este orçamento deve ter sido previsto no primeiro quadrimestre do exercício anterior, no momento da elaboração da proposta orçamentária, que posteriormente compôs a proposta orçamentária do órgão;	SIM
2) A necessidade da aquisição é clara e adequadamente justificada;	SIM
3) Todos os requisitos relevantes da aquisição foram adequadamente levantados e analisados, inclusive, o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão;	SIM
4) As quantidades de itens a adquirir estão coerentes com as demandas previstas;	SIM
5) A análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou haver capacidade do mercado em atender à necessidade de negócio;	SIM
6) A escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada;	SIM
7) As estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente e as despesas fixas após a implantação da solução são consideradas.	SIM, está incluída no valor total do serviço.



8) A solução para contratar está devidamente descrita, incluindo todos os elementos necessários para alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação;	SIM
9) Há justificativas para o parcelamento ou não da solução, bem como para a forma de parcelamento, se for o caso;	Não há parcelamento da aquisição.
10) Os resultados pretendidos com a aquisição foram devidamente discutidos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como, se for caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços, de forma a atender à necessidade da contratação;	SIM
11) Os impactos esperados com a implantação e operação da solução foram identificados e as providências para adequar o ambiente do órgão foram planejadas e são consideradas viáveis, inclusive aquelas à disponibilidade de pessoal qualificado disponível para gerir o contrato (gestor do contrato, fiscalizador e de recebimento);	SIM
12) Os riscos relevantes foram adequadamente levantados e devidamente mitigados;	SIM
13) A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável;	SIM
14) Há evidências de que a área requisitante se comprometeu com o planejamento preliminar da solução (elaboração dos estudos técnicos preliminares) e há expectativa de que apoiará a construção do termo de referência ou do projeto básico e apoiará o esforço de gestão do contrato (e.g. mediante participação no recebimento dos produtos e serviços entregues, na perspectiva do negócio).	SIM

À luz do exposto, considerando que as respostas referentes ao checklist acima foram positivas e sem nenhuma observação contrária. Também, considerando que o presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto e atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, como também aos benefícios pretendidos, ainda, considerando que os riscos envolvidos são administráveis, recomenda-se que seja feito o processo licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Aos casos omissos, aplicar-se-á as demais disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Para a eficácia do contrato e de seus aditamentos deverá ocorrer a publicação, em 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura do instrumento.

11.2. A disponibilização, no Portal Nacional das Contratações Públicas da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, do inteiro teor dos instrumentos contratuais e de seus anexos, bem como das informações complementares exigidas no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA – TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para as questões resultantes do instrumento, fica eleito o foro de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E assim por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Aparecida de Goiânia, ____ de ____ de ____.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

1- _____

CPF: _____

2- _____

CPF: _____



ANEXO IX – DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DO CONTRATO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS DE RESGATE PARA O SERVIÇO OPERACIONAL DAS UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS SITUADAS NA CIDADE DE APARECIDA DE GOIÂNIA

CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

1 – DA EMPRESA PROPONENTE		
Razão social:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	ESTADO:	CNPJ:
Conta Corrente nº:	Agência nº	Banco
IE-	telefone	e-mail:
2 – DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINAR CONTRATO:		
Nome:		
Função:	Atribuição:	
Data Nascimento:	Estado civil:	
RG nº: 645527	Emissor	CPF nº
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	ESTADO:	
Fone:	E-mail:	

Declaro sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações acima prestadas.

..... de 2025.

Assinatura do Responsável pela Empresa



ANEXO X

MODELO DE PROTOCOLO DE ENTREGA DE AMOSTRAS

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____ vem entregar os itens requisitados para análise de sua conformidade com os termos do Edital, nos seguintes quantitativos:

Item	Quant.	Unid.	Especificação/ Marca

Localidade, ____/ ____/ ____.

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)

Recebido Departamento: _____ _____
--